



Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 1993

ANO XLII

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caíto Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário de Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 023/93

Curitiba, 07 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com a aquisição de material permanente.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudeff, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado José Alves (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura das Atas das Sessões anteriores, às quais foram aprovadas sem observações.

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		FL. 01	
I ANEXO				CRS 1 000,00	
I / I		INATUREZA		IN. DOI	
I CODIGO		I DA IFTI		I PROCI	
I I		I DESPESA I IRI		I COF I	
I 2900 I SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA		I I I I		I I	
I I		I I I I		I I	
I 2903 I DIRETORIA GERAL		I I I I		I I	
I 1078 I PROJETO FLORESTA ATLÂNTICA - SEECI 4120.00107ILI				33.000 I 0284I	
		T O T A L		33.000 I	

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01	I	
I ANEXO						CRS 1.000,00	I	
I I								
ICODIGO	I	ESPECIFICAÇÃO	I	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	I
I	I		I	DA	IFT		IFRO	I
I	I		I	DESPESA	IRI		ICOF	I
I 2900	I	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I	I I		I	I
I	I		I	I	I I		I	I
I 2903	I	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I	I
I 1078	I	IPROJETO FLORESTA ATLANTICA - SEECI	I	3131.00	I07	33.000	I0284	I
				T O T A L		33.000	I	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 024/93

Curitiba, 07 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 47.479.795.000,00 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros) visando atender despesas do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, tais como: construção, ampliação, reconstrução, melhorias e reparos de prédios escolares e a manutenção do Colégio Estadual do Paraná.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro apurado nos Balanços Patrimoniais do exercício de 1992 das entidades acima referidas.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 47.479.795.000,00 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros).

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1992, do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR e do Colégio Estadual do Paraná.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta, ficam alterados os Demonstrativos das Receitas, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		I I		FL. 01	I	
I ANEXO						CRS 1.000,00	I	
I I								
ICODIGO	I	ESPECIFICAÇÃO	I	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	I
I	I		I	DA	IFT		IFRO	I
I	I		I	DESPESA	IRI		ICOF	I
I 3400	I	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	I	I	I I		I	I
I	I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I	I
I	I		I	I	I I		I	I
I 3470	I	IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I I		I	I
I	I	IEDUCACIONAL DO PARANÁ - FUNDEPAR	I	I	I I		I	I
I 2632	I	IEXPANSÃO, MELHORIA E MANUTENÇÃO	I	I	I I		I	I
I	I	IDA REDE FÍSICA ESCOLAR	I	4130.00	I50	47.319.220	I4220	I
I 3472	I	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANÁ	I	I	I I		I	I
I	I	I	I	I	I I		I	I
I 2771	I	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I	I I		I	I
I	I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMÁTICA DO	I	I	I I		I	I
I	I	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANÁ	I	3120.00	I50	40.575	I4289	I
I	I	I	I	4120.00	I50	120.000	I4289	I
				T O T A L		47.479.795	I	

A Diretoria Legislativa

ACRÉSCIMO DA RECEITA		ANEXO II	FL. 01	Cr\$ 1.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FT	VALOR	
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ - FUNDEPAR			
1990.05.50	Saldo de Exercícios Anteriores - Diretamente Arrecadados	50	47.319.220	
	COLEGIO ESTADUAL DO PARANÁ			
1990.05.50	Saldo de Exercícios Anteriores - Diretamente Arrecadados	50	160.575	

MENSAGEM N° 025/93

Governador do Estado

Curitiba, 07 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.737.739.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, aprovados pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de custeio, material permanente e equipamentos e construção de salas de aula e ampliação de biblioteca.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício de 1992 das entidades acima referidas. Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 2.737.739.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove mil cruzeiros) conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, do exercício de 1992.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta, ficam alterados os Demonstrativos das Receitas, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I	FL. 01	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I I I		
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I I I		
	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I I I		
	IVINCULADAS	I I I		
	I	I I I		
1210	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO	I I I		
	IPARANÁ - UNIOESTE	I I I		

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			FL. 02		
ANEXO					CR\$	1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FTD	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP	
1 2497	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO	1		I I I		1	1
I	ENSINO SUPERIOR NA UNIOESTE	1	3131.001501LI		510 500	141771	
I	I	1	3280.001501LI		240 193	141971	
I	I	1	4120.001501LI		300 000	141971	
1 1236	ESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES DO	1		I I I		I	I
I	IPARANA	1		I I I		I	I
1 2517	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO	1		I I I		1	I
I	ENSINO SUPERIOR DE MUSICA E BELAS	1		I I I		1	I
I	ARTES	1	3120.001501LI		80 000	141501	
I	I	1	3132.011501LI		30 000	141501	
I	I	1	3132.021501LI		30 000	141501	
I	I	1	3132.081501LI		109 172	141501	
1 1240	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,	1		I I I		I	I
I	CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAI	1		I I I		I	I
1 1158	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA AI	1		I I I		I	I
I	IFACULDADE ESTADUAL DE PARANAVAI	1	4110.001501LI		417 874	142271	
I	I	1	4120.001501LI		400 000	142271	
1 2519	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO	1		I I I		1	I
I	ENSINO SUPERIOR EM PARANAVAI	1	3132.011501LI		100 000	142271	
I	I	1	3132.041501LI		100 000	142271	
I	I	1	3132.081501LI		400 000	142271	
* - - - - *					* - - - *		
T O T A L					2.737 739	1	

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II		FL. 01
ANEXO				Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE			
1990.0550	Saldo de exercicios anteriores - Direta- mente Arrecadados	50	1.070.693	
	ESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES DO PARANA			
1990.0550	Saldo de exercicios anteriores - Direta- mente Arrecadados	50	249.172	
	FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO, CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI			
1990.0550	Saldo de exercicios anteriores - Direta- mente Arrecadados	50	1.417.874	
T O T A L			2.737.739	

Curitiba, 07 de junho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.917.266.000,00 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho e da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, aprovados pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com reforma do prédio pelo DECOM, aquisição de equipamentos e despesas de manutenção.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, no exercício de 1992 e de excesso de arrecadação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Curitiba, terça, em 15.06.93

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 1.917.266.000,00 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, no exercício de 1992 e de excesso de arrecadação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, ficam alterados os Demonstrativos das Receitas, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL 01	
ANEXO				CR\$ 1 000,00	
I		INATUREZA I		IN DO	
CODIGO I		I DA IFTIDI		VALOR	
I		IDESPESA I IRI		IPROC	
I		I I I		I	
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I
	ICIENCIAS E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I I		I
	IVINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
1224	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I I I		I
	ICIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I I I		I
2501	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I
	IENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E	I	I I I		I
	ILETRAS EM JACAREZINHO	I	3132.03I50ILI	364.000	I4307
	I	I	4120.00I50ILI	353.266	I4307
1228	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I I I		I
	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	I I I		I
506	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I
	IENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	I	3120.00I50ILI	450.000	I4250
	I	I	3132.01I50ILI	100.000	I4250
	I	I	3132.08I50ILI	650.000	I4250
T O T A L		I		1.917.266 I	

ACRESCIMO		ANEXO II		FL. 01
DA RECEITA		ANEXO		Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO			
11990.05.50	Saldo de Exercicios Anteriores - Diretamente Arrecadados	50	717.266	
	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA			
11210.99.01	Outras Contribuicoes Sociais	50	400.000	
11321.00.00	Juros de Titulos de Renda	50	800.000	
TOTAL			1.917.266	

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº DTL/SAT/085/93, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei nº 054/93. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs. DTL/SAT/84, 86 a 111/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANÇIONADO os Projetos de lei números:

212/93: Da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA que, fixa, a partir das datas que menciona e nos valores que especifica, o vencimento básico mensal do Procurador Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.305. Anote-se. Arquive-se.

118/93: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. OSMAR FERNANDES DIAS, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.306. Anote-se. Arquive-se.

325/92: De autoria do Deputado EURIDES MOURA que, autoriza o Poder Executivo a efetuar junto ao Governo Federal comodato das dependências do extinto Instituto Brasileiro do Café no Estado do Paraná, para utilização conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.307. Anote-se. Arquive-se.

117/93: De autoria do Deputado RENATO ADUR que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná post-mortem ao Sr. LÉO ROBERTO DIEDRICH, o qual convertido em Lei

tomou o nº 10.308. Anote-se. Arquive-se.

131/93: De autoria do Deputado JOAO PREIS que, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista VERDELIRIO APARECIDO BARBOSA, o qual convertido em lei tomou o nº 10.309. Anote-se. Arquive-se.

109/93: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO POLI ESPORTIVO - EXCONDE D'INHO, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.310. Anote-se. Arquive-se.

104/93 - De autoria do Deputado TOTI COLAÇO que, declara de Utilidade Pública a Organização Santos Inocentes, com sede no Município de Irati, o qual convertido em lei tomou o nº 10.311. Anote-se. Arquive-se.

041/93: De autoria do Deputado JOSÉ ARTHUR RITTI que, declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM ACRÓPOLE", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.312. Anote-se. Arquive-se.

095/93: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA SÃO JOSÉ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.313. Anote-se. Arquive-se.

100/93: De autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARAES FILHO que, declara de Uti-

lidade Pública a Fundação Municipal Pronto-Socorro, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.314. **Anote-se. Arquite-se.**

103/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede no Município de Corumbataí do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.315. **Anote-se. Arquite-se.**

066/93: De autoria do Deputado NEREU MOURA que, declara de Utilidade Pública a Associação São Vicente de Paulo de Idosos, com sede e foro no Município de São João, o qual convertido em lei tomou o n° 10.316. **Anote-se. Arquite-se.**

113/93: De autoria do Deputado ÉLIO RUSCH que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Marechal Cândido Rondon, com sede naquele município, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.317. **Anote-se. Arquite-se.**

059/93: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de Utilidade Pública a Federação de Entidades de Serviços Social dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, F.E.S.S., com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.318. **Anote-se. Arquite-se.**

116/93: De autoria do Deputado RENATO ADUR que, declara de Utilidade Pública a Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá, com sede e foro na Cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.319. **Anote-se. Arquite-se.**

042/93: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de Utilidade Pública o Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade da Vida do Doente de AIDS, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.320. **Anote-se. Arquite-se.**

142/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI que, declara de Utilidade Pública a Associação Baden Powell de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.321. **Anote-se. Arquite-se.**

125/93: De autoria da Deputada Emilia Belinati que, declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas - ABEAD, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.322. **Anote-se. Arquite-se.**

126/93: De autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Nova Fátima, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.323. **Anote-se. Arquite-se.**

128/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na Cidade de Campina Grande do Sul - Pr., o qual convertido em Lei tomou o n° 10.324. **Anote-se. Arquite-se.**

148/93: De autoria do Deputado ARLINDO TROIAN que, declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Vila Operária - ASVO, com sede na Cidade Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.325. **Anote-se. Arquite-se.**

242/92: De autoria do Deputado RENATO ADUR que, declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Mamborê, com sede e foro no Município de Mamborê, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.326. **Anote-se. Arquite-se.**

019/93: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Casa do Idoso Vovó Margarida, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.327. **Anote-se. Arquite-se.**

121/93: Do PODER EXECUTIVO que, denomina "Rodovia Prefeito João Alexandre", o trecho da PR-466, que liga Paranavaí a Tamboara, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.328. **Anote-se. Arquite-se.**

368/92: De autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Pérola D'Oeste, com sede e foro na cidade do mesmo nome, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.329. **Anote-se. Arquite-se.**

088/93: De autoria do Deputado NELSON JUSTUS que, declara de Utilidade Pública a União Municipal das Associações de Moradores de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.330. **Anote-se. Arquite-se.**

107/93: Do PODER EXECUTIVO que, dispõe sobre limite máximo de remuneração dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.331. **Anote-se. Arquite-se.**

OFÍCIO N° 021/93

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de comunicar a Vossa Excelência e aos nobres Pares da Assembléia Legislativa, que estarei ausente às Sessões Legislativas dos dias 15 a 17 do corrente mês, uma vez que estarei promovendo uma reunião com os Líderes do (PTB) da região e com a presença do Ministro da Indústria e Comércio, JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA.

Sem outro particular, apresentando a Vossa Excelência e a essa colenda Casa de Leis meu pedido de desculpas por essas ausências, apresento-lhe minhas cordiais saudações.

(a) JOSÉ ALVES

OFÍCIO N° 04/93

Senhor Presidente.

Este ofício tem por objetivo solicitar de Vossa Excelência, valiosos préstimos, no sentido de que nos sejam fornecidas informações que complementem o Projeto de Lei n° 171/93, que dispõe sobre percentual de cargos e empregos públicos para deficientes físicos.

Para que seja dado procedimento ao presente, faz-se necessário Vossa manifestação.

Em anexo, segue cópia do Projeto de Lei e parecer do Relator.

Na certeza de contarmos com Vossa costumeira atenção, aguardamos resposta com a máxima urgência e renovamos votos de estima e consideração.

(a) DOMINGOS CARVALHO

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

P A R E C E R:

Analisando o projeto em tela dentro de toda extensão pretendida pelo autor, chegamos as seguintes conclusões:

1. Da constitucionalidade.

Datíssima vênia, discordamos do Relator da Comissão de Constituição e Justiça ao afirmar que apesar da existência da Lei n° 7875/84, do Decreto 4446/84 e Resolução 7741/85, o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Quando a Constituição remete à Lei a regulamentação não deixa implícito que há de ser uma NOVA LEI.

"IN CASU", as supra citadas normas jurídicas já estão regulamentando a matéria não cabendo mais qualquer outro dispositivo que não seja emenda modificativa.

Trata-se pois do projeto versando sobre matéria existente, não podendo o autor derogá-la através da Lei Complementar. Isso afirmamos sem pretender adentrar por demais no campo jurídico e permanecer nas evidências primeiras.

2. Do mérito.

No âmbito da Comissão de Saúde Pública, não temos condições de analisar a questão sem a oitiva de órgãos técnicos ligados a matéria, pelo que convertemos o parecer em diligência junto a Secretaria de Saúde para opinar a respeito.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

PROJETO DE LEI N° 171/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a destinar o percentual de dez por cento (10%) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência física, compatibilizando-os com o tipo de deficiência apresentada.

Art. 2° - O acesso ao emprego se fará mediante concurso público, a ser regulamentado pelo Poder Executivo, no prazo de até 90 (noventa) dias da vigência desta Lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Constitucionalmente, no Brasil, todos são iguais perante a Lei.

É necessário que a sociedade e as autoridades do País deixem de pensar abstratamente sobre determinada característica e passa a atribuí-la a um conjunto de pessoas, incluindo, automaticamente conceitos relativos ao papel social desempenhado por esse grupo de indivíduos. E esse papel não depende unicamente da característica ou questão, mas dos fatores históricos, econômicos, sócio-culturais e políticos.

Assim, quando associamos por exemplo, deficiência física com dependência, isto significa que na nossa sociedade, os deficientes físicos, ou pelo menos a grande maioria deles, são pessoas consideradas extremamente dependentes, o que está longe de constituir a verdadeira realidade.

A propósito, a presente proposição objetiva criar mecanismos e condições de mudanças desta cruel realidade, promovendo a integração dos portadores de deficiência física à força de trabalho do Estado.

Inspirado e respaldado pelo contido no inciso VIII, do artigo 27 da Constituição Estadual, o presente projeto se propõe a contribuir como objetivo final, para que o

deficiente físico do Estado do Paraná assumirá através do trabalho a plenitude da cidadania a que faz jus.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, INDICA a composição do Colégio de Vice-Líderes do Governo, ao qual caberá o comando dos trabalhos de Plenário.

- 1 - Deputado Djalma de Almeida César
- PMDB -
- 2 - Deputado Oswaldo Trevisan
- PMDB -
- 3 - Deputado Duílio Genari
- PFL -
- 4 - Deputado Nilton Barbosa
- PP -
- 5 - Deputado Alceu Swarowski
- PSDB -

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 233/92, de autoria do Poder Executivo, que doa ao Município de FAROL, área de terra, conforme especifica; com fulcro no Art. 183, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar n° 023/93.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

Curitiba, terça, em 15.06.93

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão do Projeto de Lei n° 040/93, de autoria do Dep. Toti Colaço, pelo prazo de 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, digne-se Vossa Excelência determinar que as proposições 129/93 de autoria do nobre Deputado Toti Colaço e a 233/93 de autoria do Poder Executivo, que se completam na sua similitude e se esclarecem documentalmente, sejam anexados para se transformarem, se possível, numa só.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Orestes Palu, ex-Prefeito de Rio Azul, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 78 anos faleceu, nesta Capital o Sr. Orestes Palu, ex-Prefeito de Rio Azul, deixando viúva a Sra. Dalila Pissaia Palu, 4 filhos, netos e bisnetos.

O passamento de Orestes Palu veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Orestes.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Palu endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que

REQUERIMENTO N° 1832

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, propõem à Casa, ouvido o Plenário, seja registrado nos anais desta Assembléia, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz, Presidente Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, ocorrido no último dia 12, no Rio de Janeiro, dando-se conta da manifestação desta Casa ao Partido na pessoa do Dr. José Carlos Gomes Carvalho, Vice-Presidente Nacional do PTB.

Paiva Muniz, ao longo de sua trajetória política, um dos fundadores da legenda trabalhista no Brasil, exerceu cargos de relevância inclusive a representação federal, tendo se destacado por sua vocação conciliadora e pela persistência, traços ficarão registrados na memória de quantos com ele conviveram.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(aa) ANIBAL KHURY

ERONDY SILVÉRIO

JOÃO IENSEN

Apoiamento: Colombino Grassano, Dalton Machuca e Lourenço Fregonese.

REQUERIMENTO N° 1833

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito em ata desta sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Assis, vereador no Município de Iporã, industrial e comerciante e um dos fundadores daquela comunidade do Noroeste paranaense.

REQUER mais que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento à família do extinto.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO N° 1834

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Washington Luiz Faustino de Lima, aos 31 anos de vida, ocorrido em 04 de junho do corrente, nesta Capital, vítima de acidente automobilístico. Trata-se de uma pessoa muito querida e admirada por um grande número de pessoas que, pelo menos uma vez, devem tê-lo visto em sua cadeira de rodas, tocando órgão na Rua das Flores. O acidente ocorreu à noite, e na tarde daquele mesmo dia, ele tocou, pela última vez, em

frente à Agência Avenida do Banco Bamerindus, o instrumento musical, alegrando a todos que por ali transitavam. É sem dúvida, uma grande perda para todos nós. Curitiba, mais especificamente a Rua das Flores, perdeu um ser humano que, mesmo sendo deficiente, sempre deu um exemplo de que com vontade e perseverança, todos somos capazes de fazer algo em nosso benefício e principalmente ao próximo. Deixou saudades aos seus familiares e amigos, porém o mais importante, é que sempre será lembrado pelo belo exemplo de vida por ele deixado.

Sala das Sessões, 15.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1841

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, um Voto de profundo Pesar pelo falecimento do servidor policial civil Raimundo Nonato Filho, ocorrido no último dia 12, na Cidade de Pato Branco, quando procedia a uma operação de revista policial em elementos suspeitos.

A perda do policial Raimundo Nonato Filho, que estava à véspera da aposentadoria, veio causar uma comoção dolorosa em sua família, na comunidade policial e na região de União da Vitória, onde desfrutava de um largo círculo de amizades por ter exercido funções naquele município.

Solicita ainda, que desta manifestação seja dado conhecimento à família do extinto e à Secretaria de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

REQUERIMENTO N° 1854

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Douto Plenário, REQUEREM a inserção, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Sra. Elaine Aparecida Bonalume Cesário Pereira, ocorrido no último dia 10 (quinta-feira).

Requerem, outrossim, se dê conhecimento da decisão desta Casa à família enlutada, na pessoa do Doutor Octávio Cesário Pereira Júnior.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(aa) NELSON GARCIA, ÉLIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EMILIA BELINATI, COLOMBINO GRASSANO, MÁRIO BEZERRA E BASÍLIO ZANUSSO.
JUSTIFICATIVA:

Causou grande pesar o desaparecimento, após penosa e demorada enfermidade, da

Sra. Elaine Aparecida Bonalume Cesário Pereira, que era esposa do ex-Deputado, ex-Senador e ex-vice-Governador do Estado, Doutor Octávio Cesário Pereira Júnior.

De tradicional família de Cambé/Arapongas, Dna. Elaine era pessoa dinâmica e dedicada, deixando vasto círculo de amizade, tanto no Norte do Estado, onde sempre residiu, como na Capital.

Durante o velório, na Câmara Municipal de Londrina, centenas de pessoas foram levar sua homenagem à extinta e prestar solidariedade a sua família.

Dna. Elaine Cesário deixou, ainda, 04 filhos e 11 netos.

Esta Casa une-se às manifestações de pesar pelo falecimento, expressando à família enlutada nossa solidariedade e respeito.

REQUERIMENTO N° 1817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um Voto de Congratulações à Direção da Rádio Cultura de Maringá Ltda., pelo Transcurso de seu 42° Aniversário de Fundação.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato de contar em sua Direção de homens como Samuel Silveira Joaquim Dutra, Carlos Piovesan Filho e Reginaldo Nunes Ferreira.

Despontando com coberturas atuantes nas áreas policial, esportiva, sertaneja e dando cobertura geral a todos os acontecimentos verificados na Região.

A Rádio Cultura de Maringá Ltda., sempre primou pela independência política e econômica, especializada na defesa do Povo, atingindo todas as classes e em destaque as menos favorecidas, o que a tornou uma das mais ouvidas do Paraná.

Desta decisão, requeiro ainda, seja dada ciência aos Diretores acima nominados.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1821

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Votos de Congratulações pela inauguração, em Paranavaí, da sucursal do jornal Correio de Notícias, enriquecendo ainda mais a região noroeste do Paraná.

Instrumento de cultura, de politização e de informação, o jornal é o vínculo de comunicação de um País que se desenvolve. E Paranavaí ao incorporar à sua vida, o jornal Correio de Notícias, dá mais um

passo para garantir à sua população os efeitos positivos de um novo jornal, poderoso instrumento para consolidar o projeto de democratização do Estado.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a inauguração de mais uma sucursal do Correio de Notícias. A este júbilo o Poder Legislativo se associa como representante do povo, congratulando-se com a direção do jornal, e seu corpo de profissionais, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência profissional.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Direção do Jornal, na pessoa do jornalista Cícero Cattani, a rua Mal. Floriano, 1236 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 1835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de voto de congratulações pelo 4° aniversário de emancipação política do Município de IBEMA, que seja dado conhecimento desta proposição ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ARAMITAM ANTONIO FORTUNATO.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Ibema, Município recém-criado, vem ganhando destaque entre os municípios do oeste do Paraná, pelo rápido crescimento e progresso que vem experimentando, graças à firme e corajosa administração do seu Prefeito, que com muita competência, austeridade e trabalho, juntamente com os Vereadores do Município, vem conseguindo levar ao seu povo laborioso e ordeiro melhorias e benefícios para que desfrutem de uma vida mais digna.

REQUERIMENTO N° 1836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de voto de congratulações pelo 3° aniversário de emancipação política do Município de NOVA LARANJEIRAS, e que seja dado conhecimento desta proposição ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, NELCI DA ROSA.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um município recém-criado, que através da competente e austera administração do seu Prefeito, vem crescendo significativamente, tendo apoio dos Vereadores e a imprescindível colaboração da-

que a população trabalhadora e ordeira, que vem recebendo especial atenção e usufruindo de melhorias e benefícios levados ao município graças ao empenho firme e corajoso do Senhor Nelci da Rosa, que não mede esforços para oferecer uma vida mais digna ao seu povo.

REQUERIMENTO N° 1850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado Votos de Congratulações, desta Casa de Leis, em nome do Pe. Wilson Belone, vigário, extensivo a todos os paroquianos da Paróquia Nossa Senhora da Luz, do Município de Irati, pelo 1° Exemplar do Boletim Informativo Miryâm.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um Informativo de fundamental importância para todos os paroquianos que, desde há muito, tem sentido a falta de um Boletim que informe a todos a vida e as atividades daquela Paróquia.

O Boletim tem como finalidade, além de fazer constar a programação que a Paróquia tem para o mês, auxiliar aos vários movimentos, pastorais e Setores, trazendo sempre a mensagem de nossos sacerdotes.

Sabemos, também, que esta é uma forma da mensagem de Cristo chegar a um maior número de pessoas e famílias.

E quanto mais organizada e unida estiver uma comunidade, maior será a participação, a solidariedade, a unidade, o amor entre todos.

É uma forma de estreitar relações entre os Paroquianos congregando as comunidades de: Pinho de Baixo, Apiaba, Bom Jesus, São Miguel, Assungui, São Lourenço, Canisianas, Florestal, Divino Espírito Santo, IBDF, Nhapindazal, Fernandes Pinheiro, Monjolo, Paulistas, Barro Branco, Papuã, Riozinho, Vila São João, São Francisco de Assis, Engenheiro Gutierrez, Conjunto Habitacional Luiz Fernando Gomes, Coxinhos e Campina do Paiol.

O Informativo recebeu o nome de Miryâm, nome hebraico composto de duas raízes. Maria (a Nossa Senhora da Luz), ou Miryâm que quer dizer bem-amada de Deus, naquela eleita para ser o receptáculo do Espírito Santo e do Filho Eterno, concebido em seu seio.

Este Boletim começa a circular no mês em que se comemora o Imaculado Coração de Maria. E Ela será lembrada sempre e com certeza nos conduzirá.

Queremos, portanto, parabenizar a todos que direta ou indiretamente contribuam para que este boletim tenha prosseguimento na sua importante missão.

REQUERIMENTO N° 1866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, ao pessoal da Comunidade Antoninente, Maria Aparecida Agostine, Marcos Stark, Cristine de Souza, Terezinha Rodrigues, Ana Lúcia Costa, Elen C. Soares, Oscar Buck e Clotilde Prachthauser (Diretora de Educação), pelo bom trabalho efetuado na 1.ª EXPONINA, realizado no Município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, aos funcionários da Prefeitura Municipal, Orlando Conforto, Isaac Ribeiro de Deus, Lindomar Gonçalves dos Santos, André L. Rolim de Camargo, Luiz C. Cione, Sônia M.P. da Cruz, pelo bom trabalho efetuado na 1.ª EXPONINA, realizado no Município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1913

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo votos de congratulações pela comemoração do 224° aniversário.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Vários documentos de investigação histórica apontam a presença de importantes civilizadores na região dos Campos Gerais, dentre os quais Aleixo Garcia, Pero Lobo, Francisco Chaves e, mais tarde, Raposo Tavares.

Numa dessas incursões nasceu, pela bravura do bandeirante curitibano Manoel Rodrigues Mota, a Estrada do Mota, que tantos serviços prestou ao povoamento dos Campos Gerais de Curitiba e do Rio Grande do Sul.

Ao longo desse caminho, iniciado em 1730 e concluído em 1731, foram surgindo "pousos" ou "invernadas" dos tropeiros e comerciantes de gado com a famosa feira de Sorocaba. Um desses pousos recebeu a denominação de Capão Alto, e estava localizado no ponto em que a lenda, um século depois, veio consagrar a um famoso asceta, quando

então passou a chamar-se "Gruta do Monge".

Em torno desse ponto, onde era procedido registro e cobrança de pedágio de gado no caminho histórico Sorocaba-Viamão, foram paulatinamente se estabelecendo alguns moradores. João Pereira Braga e sua mulher dona Josefa Gonçalves da Silva foram os primeiros a se estabelecer na localidade de Capão Alto.

A povoação foi elevada à categoria de freguesia no dia 13 de junho de 1797, tendo como padroeiro Santo Antônio. Nessa época, chegou ali o capitão Francisco Teixeira Coelho, de nacionalidade portuguesa, que se interessou pela localidade, prestando notáveis serviços ao seu progresso.

Em 1806 foi mandado erigir, pelo comandante local, o prédio que viria abrigar a Câmara Municipal e a Cadeia Pública.

A notícia de criação da vila chegou no dia 06 de junho de 1806, por despacho do Senhor Governador-Geral da Capitania de São Paulo ao pedido formulado pelo procurador da localidade, Coronel José Vaz de Carvalho.

Durante a guerra dos Farrapos, a Lapa constituiu-se em ponto de concentração das forças legais, principalmente quando José Garibaldi invadiu Santa Catarina, em 1843.

Por Decreto nº 1.418, de 16 de agosto de 1854, foi criado o Juízo Municipal e de Órfãos da Vila. Em 30 de maio de 1870 a Vila Nova do Príncipe foi elevada à categoria de cabeça de comarca. Em 1872 a Vila recebeu foros de cidade, passando a denominar-se Lapa.

É importante registrar o papel da Cidade da Lapa no episódio da Revolução Federalista de 1894, quando realizou-se heróica e destemida resistência às fortificadas tropas revolucionárias.

Atravessados os anos, encontramos a Lapa com seus casarios imponentes, suas ruas estreitas, lampeões históricos e nomes de grande importância para a nossa história.

É a Lapa que, respeitando as tradições, caminha apressadamente para o futuro, constituindo verdadeiro modelo para todos os municípios paranaenses.

Pela importância que teve, tem e sempre terá para o nosso Estado, requeremos à Assembléia Legislativa, sejam formulados votos de congratulações pela comemoração do 224º aniversário da Lapa.

REQUERIMENTO N° 1914

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Município de Matinhos, pela comemoração do seu aniversário de fundação, nesta da-

ta.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Importante unidade do Estado do Paraná, o Município de Matinhos comemora, nesta data, mais um aniversário de sua fundação.

Dos primeiros pioneiros, à atual população, Matinhos conserva como traço marcante de sua história a vocação inequívoca para o trabalho e o progresso.

Registrar nos Anais do Poder Legislativo a passagem do aniversário do Município de Matinhos é cumprimentar entusiasticamente toda a população local, bem como suas autoridades e lideranças empresariais pela participação valorosa no crescimento daquela comunidade e, conseqüentemente, do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Aplausos, aos Representantes das Barracas Premiadas, Senhor Lutzeno Oliveira (1º lugar), Senhora Terezinha Vidal Rodrigues (2º lugar), e Senhor Aventino de Souza (3º lugar), na 1ª EXPO-NINA, realizado no Município de Antonina-Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Aplausos, aos Representantes dos Restaurantes Premiados no Concurso do Melhor Barreado de Antonina, Limatur Lanchonete, Status Lanchonete, Eduardo's Lanchonete e Restaurante Zeppe-lin, na 1ª EXPONINA, realizado no Município de Antonina-Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Aplausos, aos funcionários da EMATER-PR, pelo bom trabalho efetuado na 1ª EXPONINA, realizado no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A valorização dos Agricultores da cidade de Antonina, foi aspecto principal

coletado no encerramento da 1.ª EXPONINA, realizado no último dia 13, e nos preparativos, e também durante essa festividade, é salutar registrar a efetiva colaboração dos funcionários do Escritório da EMATER-PR, de Antonina que, não mediram esforços para o sucesso desse empreendimento, organizado pela Prefeitura Municipal.

REQUERIMENTO N° 1807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de RESERVA.

Objetivando o atendimento e a garantia da segurança da população de Reserva, é que pleiteamos uma viatura para uso da Polícia Civil do Município, visto que a existente em poder da Delegacia encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de RESERVA.

A doação de um veículo para uso da Polícia Militar de Reserva é essencial para melhorar o atendimento e proporcionar maior segurança aos moradores do Município, pois a viatura que está sendo utilizada pelos policiais está em estado precário.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança

Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Ipiranga.

Com vistas a garantir maior segurança e tranquilidade aos moradores do Município é que pleiteamos uma viatura para uso da Polícia Civil de Ipiranga, em razão de que o veículo utilizado pela Delegacia encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de IPIRANGA.

A viatura utilizada pela Polícia Militar de Ipiranga encontra-se em condições precárias, assim sendo, a doação de um veículo em bom estado para uso dos policiais militares iria proporcionar à população uma maior segurança e tranquilidade.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de TIBAGI.

A doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município, iria assegurar um melhor e mais ágil atendimento à população por parte da Delegacia de Tibagi, tendo em vista as condições precárias do veículo que está sendo utilizado.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário

de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de Tibagi.

Visando a segurança dos moradores do Município de Tibagi, pleiteamos a doação de um veículo em bom estado para uso da Polícia Militar que enfrenta dificuldades para atender a população, com a agilidade necessária, em razão das precárias condições da viatura utilizada pelos policiais.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de Ventania.

A Polícia Militar de Ventania necessita de um veículo em bom estado para atender a população do Município, garantindo maior segurança e tranquilidade aos moradores, pois a utilizada pelos policiais encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Ventania.

A doação de uma viatura para uso da Polícia Civil de Ventania é essencial para assegurar maior tranquilidade e atendimento mais ágil à população do Município, visto que a utilizada pelos policiais está sem nenhuma condição de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social objetivando a liberação de auxílio financeiro para a APMI de São Jorge do Ivaí.

Requer ainda, que do presente se dê

ciência ao Dr. Hermínio Maçamiti Takatuji - Digníssimo Prefeito do Município de São Jorge do Ivaí, e a Sra. Nilda Tamy Takatuji - Digníssima Presidente da APMI de São Jorge do Ivaí - Praça Santa Cruz, 249 - CEP 87190-000.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A questão do desenvolvimento social vem sendo abordada pelas comunidades como política de base, em caráter de prioridade no plano das administrações públicas. A questão da criança é o desafio maior por ser o elo vulnerável de corrente motora da evolução.

A APMI de São Jorge do Ivaí é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade.

Entretanto, em função da defasagem causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita urgentemente de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1806

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes às autoridades acima mencionadas, solicitando a liberação de recursos orçamentários, para o início da construção de uma obra de arte na PR-576 (Ponte de Concreto Armado, sobre o Rio Ivaí, com extensão de 150,00m, localizada na Rodovia Estadual que liga os Municípios de Santa Izabel do Ivaí ao Município de Tapira, na região noroeste do Paraná), conforme consta no Orçamento Geral do Estado, aprovado para o corrente ano de 1993.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) ARLINDO TROTIAN

JUSTIFICATIVA:

A construção da Ponte (obra de arte) sobre o Rio Ivaí na Rodovia Estadual PR-576, que liga os Municípios de Santa Izabel do Ivaí e Tapira, com uma extensão de 150,00m, vem atender uma população da Região Noroeste do Estado do Paraná, produtora de lavouras de arroz irrigado, pecuária e outros produtos agrícolas.

A Rodovia Estadual PR-576, entre Santa Izabel do Ivaí e Tapira, pode-se considerar uma obra inacabada, tendo em vista a não edificação da referida ponte sobre o Rio Ivaí. Não se concebe mais em nossos dias, quando quase todos os municípios do Estado estão interligados por rodovias pavimentadas, que ainda tenhamos que colocar em risco vidas humanas dentro de ônibus e caminhões carregados com trabalhadores bóias-frias, e muitas vezes estes caminhões retornam com toda a produção colhida pelo pequeno produtor ou arrendatário.

rio, na travessia do Rio Ivaí, em uma antiga, morosa e perigosa balsa, além de existir periodicamente a interrupção da travessia, em função das cheias que ocorrem em épocas de grandes precipitações de chuvas.

A construção desta ponte sobre o Rio Ivaí na Rodovia Estadual PR-576, é de vital importância por oferecer mais uma opção de interligação de duas importantes regiões, o noroeste do Paraná, com o Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo, além de acabar com a preocupação de uma população laboriosa, que tanto tem contribuído com o desenvolvimento econômico não somente de seus municípios e da sua região, mas sim com o desenvolvimento econômico do rico Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1819

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando vídeo cassete, antena parabólica e televisão, para a Escola Municipal Professora Ecléa dos Passos Horn, da Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Visando melhorar a qualidade do ensino nesta escola, através destes recursos áudio-visuais, que trarão além das aulas normais, atividades extras, proporcionando que os alunos possam fixar melhor a matéria. Baseados nestes fatos fazemos tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 1822

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de PÉROLA.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da

pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1823

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de MARILUZ.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1824

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de DOURADINA.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1825

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de CRUZEIRO DO OESTE.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1826

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de BRASILÂNDIA DO SUL.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1827

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de ALTO PIQUIRI.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial.

O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1828

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de ASSIS CHATEAUBRIAND.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial.

O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1829

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando duas (02) viatura para a Polícia Militar do Município de FRANCISCO BELTRÃO.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1830

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando três (03) viaturas para a Polícia Militar do Município de UMUARAMA.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1831

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislati-

va do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de FORMOSA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da Administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER envio de expedientes oficiais aos Excelentíssimos Senhores Elias Abrahão e Maurício Requião de Mello e Silva, respectivamente Secretário de Estado da Educação e Diretor Presidente da Fundepar, solicitando a reforma da quadra esportiva do Colégio Estadual Irênio Moreira do Nascimento, no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

A quadra esportiva do Colégio Estadual Irênio Moreira do Nascimento foi construída há mais de trinta anos. Com o passar do tempo apresenta hoje uma grande deterioração e pode desaparecer se não for recuperada.

A Câmara Municipal de Tibagi, por intermédio de seu ilustre Presidente, Vereador Aristeu Ribas, preocupado com a situação oficiou a esse Parlamentar solicitando a providência que encaminhou às autoridades competentes através do presente.

O Colégio em questão reveste-se de importância ímpar na referida comunidade e, por si só, justifica a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 1845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ex-

celentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando a liberação de uma viatura policial para o Município de Rio Azul.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local.

Por certo, a municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando a liberação de uma viatura policial para o Município de Teixeira Soares.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local.

Por certo, a municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando a liberação de uma viatura policial para o Município de Prudentópolis.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local.

Por certo, a municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando a

liberação de uma viatura policial para o Município de Fênix.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local.

Por certo, a municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando a liberação de uma viatura policial para o Município de Farol.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local.

Por certo, a municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando um veículo para a Delegacia de Polícia do Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Segurança Pública, tem sido uma preocupação constante, dos homens públicos voltados realmente aos interesses comunitários, porém, um dos grandes obstáculos para dar condições de tranqüilidade aos munícipes é falta de recursos financeiros.

Essa situação origina sempre constantes reclamações, pois o povo, num Estado com condições financeiras excelentes, segundo a própria propaganda feita pelo Governo Estadual, não aceita que, as Delegacias de Polícia, e os Batalhões e outras unidades da Polícia Militar não tenham veículos para dar atendimentos às ocorrências policiais. E o Município de Boa Espe-

rança não foge a regra, por consequência solicitamos que sejam enviados correspondências ao Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, solicitando um veículo para a Delegacia de Polícia de Boa Esperança.

REQUERIMENTO N° 1856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Boa Esperança, para à aquisição de um Parque Infantil completo.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

"Uma criança necessita de um Parque, não só por fatores psicológicos, mas também por tornar-se mais feliz, já que pensa como criança, age como criança e as horas agradáveis que passa agora, a torna no futuro um adulto mais sociável não importando sua categoria social". Essa parte do pronunciamento feito quando o Príncipe Hereditário esteve em visita ao Paraná, e na região Norte procedeu a inauguração de um Parque Infantil doado pela comunidade Nipônica.

Com essa argumentação, justificamos plenamente, que seja enviado ao Secretário Homero Oguido, a necessidade da Liberação de Recursos à Prefeitura de Boa Esperança, para à aquisição de um Parque Infantil, no seguinte endereço: Edifício Caetano Munhoz da Rocha - Centro Cívico - Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando reforma na Escola Independência, no Distrito de Paranaguá, no Município de Boa Esperança - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O aumento da população infantil, em idade escolar, também atingiu o Distrito de Paranaguá, no Município de Boa Esperança, com isso a Direção, Professores, e funcionários da Escola Independência estão preocupados, e o fato origina reclamações dos pais de alunos, pois o estabelecimento já não mais oferece condições ideais para

receber os educandos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado um expediente ao Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a reforma da Escola Independência, no Distrito de Paranaguá, Município de Boa Esperança, no endereço: Rua dos Funcionários, 1.559 - CEP: 80035-050 - Cabral - Nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para a reforma e ampliação do Mercado Municipal de Antonina.

Sala das Sessões, em 14.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em todos os trabalhos administrativos que o Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, está realizando, sua maior dificuldade é conseguir no seu Orçamento recursos para obras, tendo em vista o comprometimento da receita, feito de forma irregular e até imoral, feita pela administração anterior do Prefeito Leopoldino de Abreu Neto, hoje no Governo Estadual, na Diretoria do Porto de Antonina.

Os projetos são realizados com amplas discussões com a comunidade, através dos segmentos mais representativos, e por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente do Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, no Edifício Caetano Munhoz da Rocha, Centro Cívico, nesta Capital, solicitando a liberação de recursos para ampliação do Mercado Municipal de Antonina.

REQUERIMENTO N° 1859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para a canalização de 75 metros de canal, no Município de Matinhos - PR.

Sala das Sessões, em 14.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com a necessidade da Prefeitura Municipal de Matinhos, realizar com urgência a ampliação do Hospital Nossa Senhora dos

Navegantes, e não tendo os necessários recursos para a dragagem e canalização do canal existente ao lado (margem da rodovia Matinhos - Caiobá), é que estamos solicitando a liberação de recursos da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, e por isso solicitamos que seja enviado um expediente ao Secretário Homero Oguido, explicando tal medida, cujos benefícios serão sentidos pela população daquele balneário.

REQUERIMENTO N° 1860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros à Prefeitura Municipal de Piên, no sentido da mesma instalar o seu viveiro.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Piên, tem como ponto básico de sua economia interna o desenvolvimento agrícola, através de suas variações. A Prefeitura Municipal, pelo seu Prefeito Ney José Ciupka, não tem recursos financeiros disponíveis para a formação de seu viveiro, e com isso possibilitar aos pequenos produtores agrícolas a compra das futuras mudas e aumentarem seus potenciais. Por essa razão, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros à Prefeitura Municipal de Piên, para a ampliação do seu viveiro, sendo que a correspondência deverá ser enviada para a Rua dos Funcionários, 1559 - Cabral - CEP 80035-050, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando um veículo para a Delegacia de Polícia do Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 14.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A segurança pública, tem sido uma preocupação constante dos homens públicos voltados realmente aos interesses comunitários, porém, um dos grandes obstáculos

Curitiba, terça, em 15.06.93

para dar condições de tranquilidade aos munícipes, é a falta de recursos financeiros.

Essa situação origina sempre constantes reclamações, pois o povo, num Estado com condições financeiras excelentes, segundo a própria propaganda feito pelo Governo Estadual, não aceita que, as Delegacias de Polícia, e os Batalhões e outras unidades da Polícia Militar não tenham veículos para dar atendimentos às ocorrências policiais. E o município de Boa Esperança não foge a regra, por consequência solicitamos que sejam enviadas correspondências ao Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, solicitando um veículo para a Delegacia de Polícia de Boa Esperança.

REQUERIMENTO N° 1862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para a compra de um britador à Prefeitura Municipal de Matinhos - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Matinhos, está empenhada, dentro da sua programação de obras, de realizar o revestimento da maioria das ruas daquele município, porém não tem em seu Orçamento, os recursos disponíveis para tais investimentos.

Assim sendo, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Oguido, Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos para que o município possa adquirir com a maior brevidade possível um britador.

REQUERIMENTO N° 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de uma Oficina Escola em alvenaria, no perímetro urbano do Município de Pinhã - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito do Município de Pinhã, An-

tenor Hemmig, constantemente tem manifestado a sua idéia de ter em seu município essa Escola Oficina, e já fez chegar ao Governador Roberto Requião, essa sua iniciativa, cujos resultados irão beneficiar milhares de pessoas naquele município, e diante desse fato, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção dessa Oficina Escola, que segundo a Prefeitura deverá ser de alvenaria e ter 700 metros quadrados.

REQUERIMENTO N° 1864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na...

Sala das Sessões, em 14.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Agricultura e do Abastecimento, solicitando a construção de 01 (um) Matadouro Municipal, no Município de Antonina - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com a criação de animais das diferentes espécies, para o abate em Antonina, e visando dar um fortalecimento ao processo de crescimento da pecuária, a Prefeitura Municipal, na atual administração do Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, tem a necessidade da construção de 01 (um) Matadouro Municipal, porém, em função da falta de recursos específicos, e também diante de uma arrecadação deficitária, chega-se a conclusão que o Governo Estadual pode realizar a construção desse benefício para aquela cidade, sujeitando-se a Prefeitura Municipal a confeccionar o projeto, e diante desses fatos, solicitamos que seja enviada uma correspondência ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Agricultura e do Abastecimento, solicitando a construção de um Matadouro Municipal na Cidade de Antonina.

REQUERIMENTO N° 1875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PROVOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de PARANAGUÁ, no total de mil (1000) peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PROVOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de PINHAO, no total de mil (1000) peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PROVOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de PORTO AMAZONAS, no total de 300 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Maristela Requião, DD. Presidente do PROVOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de PIEN, no total de 300 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PROVOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de GUARAQUEÇABA, no total de 300 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PRO-VOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de BOA ESPERANÇA, no total de 300 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PRO-VOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de ANTONINA, no total de 500 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PRO-VOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de GUARATUBA, no total de 500 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PRO-VOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de MORRETES, no total de 300 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Maristela Requião, DD. Presidente do PRO-

Curitiba, terça, em 15.06.93

VOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno às pessoas carentes do Município de MAMBORÊ, no total de 300 peças.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual José Afonso Júnior, solicitando que dentro do Projeto "Nossa Quadra", seja incluída a construção de uma cancha no Município de Piên, Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O fortalecimento do Município de Piên, no setor econômico, passa pela ampliação permanente no setor esportivo, e a construção de uma cancha poliesportiva, irá oferecer à juventude uma nova opção, e como o município não tem recursos financeiros disponíveis, o Governo Estadual tem condições de realizar esse investimento essencial para o desenvolvimento daquele município.

Assim sendo, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual José Afonso Júnior, DD. Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando incluir no Projeto "Nossa Quadra", a construção de uma cancha poliesportiva naquele município.

REQUERIMENTO N° 1872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a designação de pessoal especializado da Secretaria de Cultura, no sentido de proceder um trabalho de levantamento histórico do Município de Piên, Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro dos projetos programados pelo Prefeito Ney José Ciupka, em seu sistema de regularizar a situação do município de Piên, está a iniciativa de registrar a criação histórica do município. Como toda a Prefeitura de pequeno município, Piên, não tem recursos financeiros para aplicar nesse trabalho, cuja necessidade é essencial para que, nas reivindicações a todas as autoridades, seja avaliado esse potencial histórico do município.

Diante desses fatos, solicitamos que seja endereçado um expediente a Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária

da Cultura, solicitando a designação de pessoal especializado daquela pasta para realizar esse importante trabalho no município de Piên, de levantamento histórico.

REQUERIMENTO N° 1873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Rogério Tizzot, DD. Diretor Geral do DER, solicitando a construção de uma ponte sobre o rio Paiol das Cobras, no Município de Pinhão, Paraná.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Ermilino Matarazzo, na cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a pavimentação da rua Escoteiro Milton Oribe, bairro do Portinho, com pedras poliédricas.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal HOMERO MORINOBU OGUIDO, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a pavimentação da Rua dos Expedicionários, bairro Residencial Itapema, com "pedras poliédricas".

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal HOMERO MORINOBU OGUIDO, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a pavimentação da Rua Pedro Uzeda, Bairro da Penha, com "pedras poliédricas".

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal HOMERO MORINOBU OGUIDO, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a pavimentação da Rua Olavo Seidel, bairro do Batel, com "pedras poliédricas".

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal HOMERO MORINOBU OGUIDO, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a liberação de recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a pavimentação da Rua Alameda Guarapirocaba, bairro da Caixa D'Água, com "pedras poliédricas".

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssima Senhora MARISTELA REQUIÃO, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a doação de cobertores para o inverno, às pessoas carentes do Município de MATINHOS, num total de 300 PEÇAS.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Estados Unidos da América, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Roque Vernalha, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Professora Zila dos Santos Batista, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Rio das Pedras, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Professor Ran-

dolfo Arzua, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual M. B. de Mello, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Princesa Isabel, na cidade de Mamborê.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual João XXIII, na cidade de Mamborê.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Rural América de Baixo, na cidade de Morretes.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Cubatão, na cidade de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual América de Cima, na cidade de Morretes.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Gratulino de Freitas, cidade de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Sertãozinho, na cidade de Matinhos.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Gabriel de Lara, na cidade de Matinhos.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Paranaguá, na cidade de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Palmital, na cidade de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Duque de Caxias, na cidade de Guaíra.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Erik Andersen, na cidade de Guaíra.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melho-

ramentos na Escola Estadual Brasília de Castro, na cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Barra do Superagui, na cidade de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Ubatuva, na cidade de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1815

Senhor Presidente.

Requeiro à douta Mesa, ouvido o Plenário, na forma regimental, que se digne enviar correspondências aos Exmos. Srs:

- Roberto Requião - MD. Governador do Estado do Paraná;
- Elias Abraão - MD. Secretário de Estado da Educação; e
- Maurício Requião - MD. Superintendente Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR.

Solicitamos agilizar recursos financeiros para construção de 03 (três) salas de aula, para o funcionamento da 4.^a série de Contabilidade do Colégio Estadual Vinícius de Moraes - Ensino de 2° Grau, na Cidade de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, em Santa Amélia, desde o ano de 1979 funciona o curso de Contabilidade e que atualmente conta com 174 alunos frequentando o referido curso.

Considerando que a partir de 1990 os alunos do referido curso recebiam seus diplomas de Técnicos de Contabilidade.

Considerando que a partir de 1990 os alunos que frequentam o curso de Contabilidade estão sendo prejudicados, visto es-

tarem recebendo seus diplomas como auxiliar de Contabilidade, tendo em vista a falta de espaço físico apropriado para o funcionamento de um escritório modelo e outros benefícios didático-pedagógicos, imprescindíveis para um bom andamento do curso, impossibilitando o funcionamento da 4.^a série de Contabilidade.

Isto posto, solicitamos às eminentes autoridades públicas estaduais agilizarem recursos financeiros para construção de 03 (três) salas de aula no Colégio Estadual Vinícius de Moraes - Ensino de 2° Grau, na Cidade de Santa Amélia, em atendimento às reivindicações dos estudantes e das autoridades públicas locais.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 1844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a transcrição nos anais da Casa, das páginas n°s 14 e 15 da Revista Paraná em Páginas, edição 399, do mês de maio, que noticia sobre a retirada das estações tubo em Curitiba. E encarte em anexo, que publica a Farsa dos Ligeirinhos em Nova Iorque.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(aa) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

ALCEU SWAROWSKI

RENATO ADUR

OSWALDO TREVISAN

DOMINGOS CARVALHO

SEVERINO FÉLIX

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 257/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a "estadualizar a estrada intermunicipal denominada "NZ-1", que liga as sedes municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, com uma extensão de 32 (trinta e dois) quilômetros.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A estrada ora objeto de estadualização é uma rodovia já alfaltada, cujo recapeamento foi feito pela ITAIPU BINACIONAL, facilitando com isso o fluxo de trânsito entre as duas sedes municipais constantes do projeto de lei, e de via, também facilitou o acesso à BR-277 do tráfego procedente dos municípios limítrofes e outros ao norte da região de abrangência da via,

como também, dos estados do centro-oeste e norte brasileiros, com destino à Foz do Iguaçu. O que antes era uma simples via de ligação entre duas cidades, transformou-se em uma rodovia de intenso tráfego leve e pesado.

À vista disso, as administrações das unidades municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu não reúnem condições para fazer a manutenção do referido. Portanto, é necessário integrar a rodovia à malha rodoviária do Estado.

PROJETO DE LEI N° 258/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal-APAE", sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por, pais, tutores, curadores e demais pessoas, empresas e instituições idôneas que se interessem pelos objetivos da associação, com sede e foro na cidade de Missal, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública tem por finalidade promover o bem-estar e o ajustamento social das crianças e adolescentes excepcionais, onde quer que se encontrem. Estimular os estudos e pesquisas relativas ao problema dos excepcionais, manter classes de crianças excepcionais, visando a execução de suas finalidades, cooperar com instituições públicas e particulares empenhadas na educação de excepcionais, incentivando a disseminação ou criando estas instituições, procurar incentivar o trabalho artesanal dos excepcionais por meio de exposições, cooperativas e outras medidas julgadas necessárias, reunir e divulgar informações referentes aos excepcionais, promovendo intercâmbio com associações congêneres e instituições públicas.

Em beneplácito aos serviços prestados a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Missal, foi declarada de Utilidade Pública, em âmbito Municipal, pela Lei n° 006/86 de 18 de junho de 1.986.

Face ao exposto, passamos à consideração dos nobres parlamentares o presente pleito, aguardando o devido apoio e a conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 259/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder estudos e projetos destinados à execução de pontes que liguem o território do Estado do Paraná aos países vizinhos, nas áreas de fronteira internacional do Estado.

Art. 2° - Os recursos necessários para a execução das medidas previstas no artigo 1° correrão à conta do orçamento estadual vigente, com os ajustes de rubrica que se fizerem necessárias.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná possui uma vinculação histórica, desde o período formativo, com as Repúblicas vizinhas da América do Sul, notadamente com o Paraguai, com o qual se liga através da grande fronteira líquida representada pelo Rio Paraná.

Atualmente a região de Foz do Iguaçu, onde foi construído o grande empreendimento conjunto da Usina Hidrelétrica de Itaipu, é potencializada pelo adensamento dos fluxos de comércio expressos via Tratado do MERCOSUL, compondo uma verdadeira fronteira viva entre as regiões metropolitanas de Foz do Iguaçu, do lado paranaense e Ciudad Del Este, no lado paraguaio.

Além disso, a presença de agropecuaristas de origem brasileira em terras paraguaias, os "brasiguaios", representa uma vigorosa contribuição para o desenvolvimento rural do país vizinho, onde respondem por 25% da produção interna de grãos e são tratados, na generalidade, com respeito e consideração pelas respectivas autoridades.

Essas realidades tornam especialmente intenso o fluxo de veículos e de pessoas por sobre a "Ponte da Amizade" erigida sobre o Rio Paraná, na altura de Foz do Iguaçu/Ciudad Del Este. Mas esse empreendimento, projetado no mandato presidencial do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek e inaugurado em 1965, já não comporta mais a demanda de uso, passado mais de um quarto de século de sua inauguração.

O Estado do Paraná deve encontrar meios de estreitar seu relacionamento com a República do Paraguai, em especial dentro da perspectiva de integração comercial trazida pelo MERCOSUL, acelerando as medidas de construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná em Foz do Iguaçu. Neste sentido o presente projeto autorizatório visa prevenir o problema, dotando o Poder Executi-

vo de instrumentos legais hábeis para assumir sua parcela de responsabilidade em empreendimento de tanta relevância.

PROJETO DE LEI N° 260/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Bom Sucesso - Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro no Município de Bom Sucesso, Estado do Paraná.

A Associação foi fundada em 26 de janeiro de 1958, tendo por finalidade a proteção e assistência à Maternidade e à Infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e às necessidades da criança e da gestante, principalmente. Atende em regime de 8 horas diárias, crianças com idade até 6 anos e 11 meses, proporcionando-lhes: guarda, assistência preventiva à saúde, alimentação, atividades de estimulação essencial e psico-pedagógicas e lazer.

Exposto isto, e considerando que a Associação em pauta vem cumprindo com o seu objetivo para o qual fora constituída, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 261/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Paranaguá, uma Delegacia Especializada da Mulher.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Paranaguá, pólo da Região do Litoral paranaense, conta com aproximadamente mais de 130 mil habitantes. Seu crescimento demográfico vem se acentuando ainda mais nos

Curitiba, terça, em 15.06.93

últimos anos, tornando imprescindível a instalação urgente de uma Delegacia da Mulher, aliás, antiga reivindicação daquela comunidade.

É sabido, que atualmente a população feminina tem tido importante participação no mercado de trabalho, empresarial e coletivo. Nessa conquista de seu espaço, a mulher se depara com uma série de dificuldades, sendo vítima de atos de violência quer física ou psicológica, exatamente pela não aceitação dessa sua condição independente e igualitária, fato que, infelizmente uma parcela considerável da população masculina ainda não aprendeu a aceitar.

No ano de 1992, trabalhamos junto ao Governo Estadual a respeito dessa Delegacia, e até agora continuamos lutando.

Assim exposto, e tendo em vista o sucesso com que a Polícia Civil vem desenvolvendo seu trabalho nos municípios já contemplados com Delegacia da Mulher, vemos necessária a instalação de uma unidade em Paranguá, a fim de garantir à mulher do litoral, a defesa de seus direitos constitucionais e ampará-la contra a discriminação e a violência.

PROJETO DE LEI N° 262/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 9.229, de 23 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica declarado de Utilidade Pública, o CENTRO DE PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO 'O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA', com sede e foro na cidade de Curitiba - PR."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A A.R.D. - ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE DROGADITO, em assembléia, resolveu alterar sua Razão Social, bem como sua sede, passando a denominar-se CENTRO DE PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO: O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA, e tendo como sede não mais o Município de São José dos Pinhais, mas sim o de Curitiba.

Deste modo, faz-se necessário a alteração da Lei n° 9.229/90, que declarou de Utilidade Pública a Associação supramencionada, pedindo-se assim, o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI N° 263/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Adrianópolis", com sede e foro no Município de Adrianópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Adrianópolis é uma entidade filantrópica, que realiza várias atividades, visando o tratamento, a educação, a habitação e a inserção social do excepcional.

Objetivando o bem-estar e a adequação do excepcional com a vida em sociedade, a referida Associação vem, desde sua fundação até a presente data, desenvolvendo trabalhos que vão do esclarecimento e orientação dos pais e responsáveis na conduta relativa ao excepcional, à defesa dos interesses jurídicos deste.

Dentre estas atividades, estão a de fornecer e estimular o trabalho do excepcional através de cooperativas e exposições; treinar o pessoal que irá compor o corpo de funcionários da Associação; conscientizar a sociedade do problema; organizar a assistência de qualquer ordem ao excepcional; angariar fundos para os fins a que se destina esta entidade; entre outras, dispostas em seu relatório de funcionamento.

Insta salientar que a entidade deixa de atender 250 excepcionais por falta de recursos, e não ter reconhecimento como de Utilidade Pública.

A uma Associação que desempenha tão nobres tarefas, nada mais justo do que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pela qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

PROJETO DE LEI N° 264/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída a "Semana do Adolescente", a ser realizada na 2ª semana do mês de outubro de cada ano, em cidades com população superior a 30.000 habitantes, sob a coordenação da Coordenadoria do Adolescente, da Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Segundo a Organização Pan-Americana de

Saúde - Programa de Saúde Materno-Infantil, "todos os Países necessitam adotar uma posição definitiva e tomar medidas efetivas e permanentes para promover e preservar a saúde integral das crianças, adolescentes e jovens da presente e futuras gerações e não esperar que os danos e o desperdício psico-social alcancem proporções difíceis de controlar".

A Semana do Adolescente terá como objetivo o alcance da saúde para todos os adolescentes e crianças, com cursos sobre orientação sexual, doenças transmissíveis, drogas e seus efeitos, tanto para adolescentes e crianças, como para os seus pais.

Nada mais justo, portanto, que tenhamos o apoio dos nobres Deputados Pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 265/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de benzina, éter, thinner e clorofórmio para menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º - Só poderão comercializar os produtos relacionados no artigo anterior, as firmas que estiverem devidamente cadastradas na Secretaria da Saúde.

Parágrafo Único - A comercialização referida deverá ser registrada em talão especial onde conste, obrigatoriamente, o nome legível do comprador, endereço, número dos documentos de identificação, a quantidade do produto adquirido e a seguinte inscrição: "VENDA PROIBIDA PARA MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS".

Art. 3º - Nas embalagens de benzina, éter, thinner e clorofórmio, deverão constar de forma visível, a seguinte inscrição: "A INALAÇÃO DESTES PRODUTOS PODE CAUSAR A MORTE".

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

PROJETO DE LEI N° 266/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os hospitais públicos e privados do Estado do Paraná, ficam obrigados a reservarem uma ala de suas dependências, para o tratamento de adictos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O tratamento e internação de doentes portadores de AIDS têm ocorrido somente às custas do Estado, através de estabelecimentos médico-hospitalares. Entendemos que é perfeitamente possível que cada unidade hospitalar, seja ela pública ou privada, isole uma de suas áreas para tratamento de aidéticos.

Nossa medida visa aliviar o setor público, dividindo as suas responsabilidades com as empresas privadas de saúde, plausíveis para não atender tais doentes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação, a pedido do Deputado Ademar Traiano, a presença do Vereador de Renascença, Sadi Aristides Manfredi e do Vereador Adair Ferreira dos Anjos, bem como a presença do vice-Prefeito de Nova Prata do Iguçu, Rubens Coletto.

Registramos também com satisfação, a presença entre nós, do Prefeito de Foz do Iguçu, ex-Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Deputado Orlando Pessuti, Srs. Deputados.

O Oeste e o Sudoeste do Paraná vivem um momento de extrema expectativa, com a implantação do MERCOSUL.

As lideranças do Oeste e do Sudoeste do Paraná se mobilizam, no sentido de dar condições para fazer um enfrentamento comercial com os outros países que farão parte do MERCOSUL.

A CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná, já realizou diversas assembleias e reuniões, todas elas com o objetivo de dar condições de competição à indústria e à empresa paranaense e brasileira, frente ao Mercado Comum do Sul, MERCOSUL.

E, recentemente, Sr. Presidente, na cidade de Palotina, reuniu-se a AMOP, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; a ACAMOP, Associação das Câmaras Municipais do Oeste; a UNIOESTE e a CACIOPAR, os Deputados Estaduais, Deputados Federais e Lideranças do Oeste e do Sudoeste, para tratar deste importante assunto que vai mexer com toda a economia do nosso Estado e do nosso País.

Lá fez-se a seguinte carta, tirada e aprovada naquela assembleia do dia 09 de junho de 1993. (Lê):

"CARTA DE PALOTINA"

Reunidos sob a coordenação da AMOOP, ACAMOP, UNIOESTE e CACIOPAR, Prefeitos, Vereadores, Diretores dos Campos Universitários, Diretores das Associações Com. Ind. do Oeste e Deputados Federais e Estaduais representantes da região Oeste do Paraná, todos signatários deste documento.

Reivindicam, emergencialmente:

1) - alocação de recursos orçamentários e consolidação de um amplo programa para reconversão produtiva na agropecuária, visando especialmente atender ao micro e pequeno produtor rural, que sofrerá o impacto da competitividade com o advento do MERCOSUL, sendo que, sem recursos orçamentários e programas adequados, dificilmente este segmento sócio-econômico, escapará da superação econômica e do desalento social. Na mobilização será necessário que as instituições, entidades classistas, Municípios, Secretarias de Governo e Comissão específica da Assembléia Legislativa, sejam efetivamente coparticipantes. Portanto, que os recursos e programas contemplem, no mínimo, as seguintes linhas de ações:

a) - Reestruturação - buscando através de programas de apoio, tornar as micro e pequenas propriedades competitivas, criando alternativas de mercado, melhorando a qualidade dos produtos e especialmente a renda.

b) - Reconversão - desenvolver programa de alternativas viáveis para as micro e pequenas propriedades, substituindo-se produtos, por aqueles que possuam qualidade, sejam competitivos e necessariamente encontrem respaldo no mercado consumidor. Dar preferência por produtos que melhorem a renda e que possuam preferência na cadeia agroindustrial.

c) - Acesso ao mercado - Fundamental. Adequar projeto, criando vias preferenciais de comercialização, respeitando as vocações micro regionais.

* Em anexo documentos - contribuição

2) - consolidação da Universidade do Oeste, através da alocação de recursos para garantir o atendimento das exigências do Conselho Estadual de Educação e, através desta ação, obter o reconhecimento e autonomia Universitária.

Implantação dos cursos, que foram obtidos através da análise do diagnóstico regional, garantindo a efetiva consolidação da Universidade e sua parceria para solucionar problemas, possibilitando o desenvolvimento regional integrado.

Palotina, 09 de junho de 1993.

(aa) 14 assinantes ilegíveis

Vai assinado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, por 43 prefeitos que se encontravam presentes naquela Assembléia; e ainda mais, por Presidentes das Associações Comerciais e por Deputados Estaduais que se encontravam presentes naquela reunião em Palotina.

E para encerrar, Senhor Presidente, quero aqui parabenizar a CACIOPAR pelo trabalho fantástico e animador que faz, procurando de todas as formas, trazer apoio técnico, apoio para que as indústrias, as empresas do Oeste e do Sudoeste do Paraná possam entrar no MERCOSUL em condições de competitividade com os nossos países vizinhos. A Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná já promoveu inúmeras palestras, seminários, reuniões e assembléias, todas elas, buscando, objetivamente, dar condições aos empresários daquelas regiões, competir em igualdade de condições com a Argentina, com o Paraguai, com o Uruguai.

Vale salientar, Senhor Presidente, que a agricultura é a que merece maior preocupação de todos nós. Porque na agricultura residem as condições difíceis para participarmos do MERCOSUL, do Mercado Comum do Sul. Sabemos todos que o Brasil passa por enormes dificuldades, sobretudo na agricultura, não oferecendo à agricultura apoios, subsídios e que outros países que integrarão o MERCOSUL têm condições financeiras, dado o grande volume de recursos aplicados pelos governos daqueles países. E a preocupação que nos causa é de que a agricultura do Oeste e do Sudoeste do Paraná seja inviabilizada com a implantação do MERCOSUL.

É preciso que o Governo do Paraná, que o Governo da União se sensibilizem com a iminente implantação do MERCOSUL e possam, com atitudes, traduzir, a expectativa que nós, dessas regiões, reclamamos que é de apoio maciço à área da agricultura.

E encerro aqui dizendo, que esta Carta de Palotina precisa ter ressonância neste Parlamento, que é preciso para o Orçamento do ano que vem garantirmos a locação de recursos para que sejam atendidas as exigências do Conselho Estadual de Educação, a fim de que a Universidade do Oeste tenha a sua plena efetivação e o seu reconhecimento. E a posteriori, Senhor Presidente, estaremos empenhando uma grande campanha para conseguirmos o reconhecimento da Universidade do Oeste pelo Governo Federal. E é nosso objetivo a federalização da UNIOESTE.

Era isso que tinha a dizer e gostaria que os Senhores Parlamentares desta Casa, tivessem uma preocupação muito séria com a implantação do MERCOSUL, pelos desdobramentos que trará este acordo assinado pelo Governo brasileiro, sobretudo, como disse

para a agricultura que está frágil e que não encontra forças para fazer frente à agricultura, sobretudo da Argentina, que tem apoio maciço do Governo Federal e poderemos nós inviabilizarmos a micro, pequena e média propriedade, sem que haja esforço dos governos federal, estadual e municipal.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Companhia de Energia Elétrica do Paraná - COPEL, é uma Sociedade Anônima de capital fechado e que tem a sua composição relativamente ao capital social assim distribuída:

- 82,69% das ações da COPEL são de propriedade do Estado do Paraná;
 - 9,94% da ELETROBRÁS;
 - 4,32% dos municípios paranaenses;
 - 2,15% do BADEP;
 - 0,84% de outros detentores de ações,
- em geral, empresas de pessoas físicas e jurídicas do Paraná e também foreiros.

É um patrimônio do povo do Paraná.

No último final de semana em visita aos municípios do Oeste do Paraná, fui notificado, recebi a notícia e quero transmitir aos colegas Parlamentares pelo significado e desdobramento que pode ter na vida pública do Estado do Paraná. Recebi a notícia de que as prefeituras municipais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, têm recebido a visita de corretoras paranaenses e corretoras foreiras em especial do Estado de São Paulo, todas com o objetivo comum, a compra de ações da COPEL.

Por este procedimento que já data de algum tempo, algumas prefeituras levaram a leilão, ações da COPEL de que são detentoras que, segundo a avaliação havida em dezembro do último ano, o valor patrimonial de cada ação ordinária geraria na ordem de Cr\$ 294,00. Como se sabe, o mercado financeiro, quando do procedimento de leilão, costuma realizar o pregão a 25%, 30% do valor patrimonial. E as notícias que recebemos relativamente a municípios do Oeste do Paraná é de que houve a cessão por via de licitação e por outros procedimentos de ações da Companhia de Energia do Paraná, por 5 ou menos pontos percentuais, relativamente ao valor patrimonial de cada uma das ações.

Isso não teria significado maior Senhor Presidente e Senhores Deputados, não fosse o fato dos municípios paranaenses deterem ações da COPEL que correspondam a 4,32% do patrimônio do capital social da

Companhia de Energia do Estado.

Como esse procedimento não é um procedimento isolado e vem se estendendo ao conjunto dos municípios está em jogo Senhor Presidente e Senhores Deputados, o montante aproximado de Cr\$ 1 trilhão de cruzeiros, que através de procedimentos nem sempre limpos, nem sempre cristalinos de atividades de corretoras, estão sendo repassadas do setor público municipal para o particular a preços vis e que na verdade significam transferências do setor público para o setor privado.

A revista Exame do último mês, na sua capa publicou uma reportagem quando dava conta dos investimentos de diversas empresas e bancos no setor público, especialmente em leilões promovidos no processo de privatização, dando conta de que muito provavelmente os grupos econômicos do Brasil sabem mais do que sabe o conjunto da sociedade brasileira.

Todos sabem, está em curso um debate no plano nacional de privatização, e mais do que isso, há medidas concretas que vêm sendo implementadas pelo Governo Federal, claramente levadas ao patrimônio da União; como em curso está o debate em torno da privatização do setor elétrico brasileiro.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o alerta que trago aqui as Vossas Excelências consiste em perceber que articuladamente com o debate que há no plano nacional em favor da privatização do setor elétrico, muito provavelmente, pelo acesso a informações privilegiadas de grupos econômicos nacionais e multinacionais, iniciou-se no âmbito das Prefeituras, e inclusive com a participação de diversos Prefeitos, um processo de privatização em silêncio, às escuras da nossa Companhia de Energia Elétrica.

Hoje está em jogo apenas algo em torno de 4,5% da COPEL, essas ações são de pequeno valor agora, mas são justamente as ações ordinárias que num processo de privatização adquirem importância fundamental.

Quero, então, transmitindo esse alerta aos Senhores Deputados, solicitar que procurem junto aos Senhores Prefeitos a instrução para que de fato os municípios que têm uma parcela importante de participação na nossa companhia de energia possam garantir e manter o controle sobre essas ações; e mais a frente possamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apresentar uma proposta concreta no sentido de que as ações de que são detentores os Municípios, possam ser convertidas em ações administrativas e serviços da COPEL junto aos municípios.

Por último, estou formulando pedido de informações à COPEL sobre a composição do capital da nossa companhia; como também o

valor patrimonial em 31 de dezembro do último ano; como também a relação das Prefeituras que promoveram a venda de ações da COPEL no período que vai do início de janeiro de 91 até o presente; como também as eventuais consultas que estão em curso no interior da COPEL com vistas à venda de ações de que são detentores os municípios; e por último, quais os procedimentos legais exigíveis para a transferência de ações do setor público municipal para o setor privado.

Eram esses os esclarecimentos, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Ontem, ao acompanhar o pronunciamento do Senhor Presidente da República, não pude deixar de lembrar das palavras do poeta Affonso Romano de Sant'Ana, sobre a vergonha de ser brasileiro. Sobre a vergonha de viver num País rico, onde tudo que se plantando dá, onde Deus e a Natureza foram generosos, onde há o maior mosaico étnico do mundo, onde homens e mulheres são bem sadios, onde há cheiro de progresso, mas só miséria e desigualdade tomam conta das ruas.

Itamar, em seu pronunciamento, conseguiu identificar lucidamente os interesses que se chocam neste País: a minoria sustentada pelos privilégios e a maioria oprimida pela desigualdade.

Cada povo tem o Governo que merece?

"Os Governos costumam ser o que a sociedade quer que eles sejam. A sociedade elege os seus representantes e sobre eles exerce influência e pressões. Essas influências e pressões refletem a própria forma de ser da comunidade nacional. Muitas vezes, as parcelas mais influentes da sociedade e de suas corporações, que gozam de relativo bem-estar, quando não de excessivo bem-estar, não se dão conta dos perigos que correm, quando a renda do trabalho comum é dividida com injustiça, restam indefesos os homens e mulheres que constituem a imensa maioria da população".

Palavras de Itamar.

Palavras de muitos outros homens, de hoje e de ontem, que vêm a impossibilidade de um País crescer sobre as desigualdades sociais.

Essa elite, minoritária no País, de poder inacreditável, consegue ditar normas e instrumentalizar a execução de projetos que lhe são interessantes. Vejam Collor

que embora houvesse sido eleito pelas camadas mais pobres, foi forjado no útero das elites mais conservadoras do Brasil que conseguiram continuar se locupletando, escandalosamente, pela ação corrupta e conveniente de um Governo imoral ou pela omissão comissionada de um moleque que galgou à Presidência.

Por isso foi o povo que teve que tirar Collor. E não se enganem que a campanha da Rede Globo era pela causa popular e nacional.

A elite muda de lado todo instante, segundo seus interesses. E pode estar bem escondida atrás de um outro nome, novo ou velho, disposto a manter tudo como está.

"Podem imaginar os Senhores como se sentem os Chefes de Estado e de Governo, quando se confrontam com elites empresariais alienadas, sem compromisso com o povo, a Nação e a História?"

Elas sempre julgam fraco o Presidente que, fiel à democracia, não usa a força em benefício dos mais fortes, mesmo que ele acerte em seus atos e na escolha de seus auxiliares".

O discurso de Itamar tenta mostrar à toda população que a ordem econômica de um País não pertence ao Presidente da República, e que a sanha de lucros de uns coloca a perder qualquer projeto nacional, por melhor construído que seja.

É hora de abalar o poder dessas elites, rompendo com elas definitivamente.

O discurso de que toda riqueza é lícita, independente da fonte de que deriva não pode triunfar. Ninguém pode dizer que sua parcela com o País está quitada porque realiza o seu trabalho e tem boa casa e carros do ano.

A riqueza cercada por muros gigantescos e eletrificados não é riqueza, é monumento à vergonha.

Fortunas fabulosas sangram o brio deste País. Muito dinheiro nas mãos de poucos e nenhum na mão de todos. Este é o Brasil das elites.

Itamar não vencerá essas ricas e perversas oligarquias.

Não Itamar sozinho.

O Brasil é que deve submetê-las ao interesse de toda a Nação.

Essa desigualdade entre ricos e pobres, que mascara o desenvolvimento, foi comparada ontem, com a crise americana de sessenta anos atrás, quando os bancos fecharam suas portas e um quarto dos norte-americanos perderam seus empregos.

E os Estados Unidos já eram o centro do mundo. A catástrofe americana derivou da centralização de um terço da riqueza nacional nas mãos de poucos 5% da população.

Citar os números do Brasil hoje é envergonhar ainda mais este pobre represen-

tante do terceiro mundo.

É ingenuidade - para não dizer burrice - acreditar que um homem sozinho, seja do PT, do PDT, do PMDB, do PSDB, PFL ou de qualquer outro Partido, conseguirá mudar esta realidade.

Por isso reputo como da maior importância a conclamação do Presidente pela União Nacional.

Não acredito e sempre digo ao povo para que não acredite nunca em quem sempre está contra tudo.

Não acredito em quem sempre tem a crítica afiada, mas nunca emprestou seus braços para consertar qualquer coisa.

É hora de priorizar o País, mesmo que isso implique em deixar de lado os interesses pessoais, políticos e partidários.

O conjunto de medidas anunciado pelo Governo Federal vem em socorro à economia nacional, e os fins que procura atingir, de equilíbrio das finanças, não pode ser negado por Partido algum, da esquerda à direita.

Cada um tem a sua parte e mesmo que Itamar não consiga o seu objetivo, na desordem geral o povo ainda conseguirá identificar seus responsáveis.

Exerci o Poder Executivo, exerci e ainda exerço o Legislativo, sei que muita gente usa e abusa da posição de pedra, porque é mais fácil que a da vidraça.

Mas um dever cumprido e uma resistência a interesses minoritários valem mais do que anos de poder parasita.

Prestar o apoio ao projeto que Itamar apresenta ao País não significa negar o Programa deste ou daquele Partido. Significa estar lúcido para uma crise que não pode levar o Brasil a outro lugar que não o caos generalizado e a miséria absoluta.

É mentirosa a fortuna que se reúne na especulação financeira. Não é digno a ninguém que se encontre em pleno vigor físico e intelectual viver apenas da renda de capitais investidos em títulos públicos. Não são honrados os dividendos das empresas, quando resultam da aplicação das disponibilidades de caixa e não de sua atividade social.

Palavras de Itamar, ontem.

Também não é verdadeiro o prestígio político daqueles que empregam o seu vigor e a sua força intelectual para desestruturar um projeto de interesse do País único e exclusivamente por objetivos pessoais, eleitorais e partidários.

O Brasil é maior do que esses interesses.

A vontade do povo é maior do que qualquer discurso político por bem engendrado que seja nas teses socialistas, liberais ou capitalistas.

Cada Estado, cada Município tem a sua responsabilidade. Fiscalizar bem o Poder

Executivo, as Empresas Públicas, o Banco do Estado e toda a Administração Pública. É o dever de todos os Parlamentares.

Itamar foi generoso e poupou a maioria conservadora do Congresso Nacional das suas críticas.

Façamos com que este Parlamento não asmereça nunca. Um mandato popular não deve jamais ser usado para legitimação de interesses que não sejam aqueles do conjunto da população.

Este País é grande, mas não livre.

Este povo é forte, mas não realmente feliz.

A riqueza existe, mas não está distribuída.

A prosperidade continuará no terreno dos sonhos enquanto todos os homens e mulheres de bem, assombrados pela injustiça e pela desigualdade, não se unirem pela transformação.

Não seremos dignos da honra se fugirmos ao apelo pela união em torno do Brasil".

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço este pronunciamento com muita certeza de que este é um momento importante para o País. Acredito que esta é a única bala que tem o Senhor Presidente Itamar. Se não der certo agora, este País pode vir a sofrer sérias conseqüências com, quem sabe até, problemas seriíssimos envolvendo todos nós brasileiros até, quem sabe, com derramamento de sangue.

Por isso, venho aqui neste momento, até despojado da minha condição político-partidária, respeitando a posição do meu partido que também tem tido neste momento uma posição de apoio, uma posição também de solidariedade e, acima de tudo, de confiança de que este é o único caminho que nós temos para reencontrar o verdadeiro caminho do nosso País.

É hora de nós, homens públicos, esquecermos as mazelas político-partidárias. É hora de Governadores, Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores, todos se unirem. É o País que está em jogo e é muito mais importante, é muito maior o problema do País do que maior o problema político-partidário que envolva a cada um de nós.

Por isso venho a esta tribuna hoje, cheio de muita esperança, acreditando que realmente é preciso - apesar de toda a crise que vive o País - é preciso ainda que nós, que somos formadores de opinião pública, especialmente na minha condição de homem de imprensa, transmitir ao povo brasileiro, há necessidade de termos otimismo e acreditar que este Brasil só vai dar certo se cada um de nós fizer a sua parte.

E esta Assembléia também tem que fazer a sua parte.

Curitiba, terça, em 15.06.93

Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Vossa Excelência concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, quero nesta tarde, manifestar a convergência com vários pontos de vista que Vossa Excelência manifestou da tribuna da Assembléia, e revelar uma discussão que ainda ontem à noite ainda mantinha com um antigo colega de trabalho seu, jornalista Jaques Brand, que nas lides da reportagem atuou com Vossa Excelência em órgão de comunicação na Capital do Estado.

A reflexão que fazíamos ontem - e Vossa Excelência, na verdade, com este pronunciamento traz uma palavra de alento - traduzia-se basicamente numa discussão que é teórica, mas que me parece importante: a origem de classe e a posição de classe. Muitas vezes nós temos uma origem de classe, que é de classe popular, e o processo político nos empurra para uma posição de classe distinta da nossa origem. E ocorre o inverso, de termos uma origem de classe abastada e termos uma posição de classe popular.

Vossa Excelência aqui traz a sua identidade com a sua origem de classe popular.

Quero parabenizá-lo em nome do PMDB e em meu nome pessoal por este pronunciamento, que é um pronunciamento lúcido numa quadra de dificuldades como esta que vive o País, onde os setores privados saqueiam as finanças públicas, os interesses privados se sobrepõem aos interesses públicos e a manifestação de Vossa Excelência justamente é uma palavra, no interior do PDT, é uma palavra da velha liderança popular do PDT de Curitiba, Deputado Algaci Túlio, em favor de reformas sociais, de reformas de base, de modo que me tranquilizo em identificar que no processo político é possível guardar coerência, é possível manter posições e é possível inclusive, romper com vínculos que sempre nos empurram, nos empurram para os setores que controlam o País. Os setores que controlam o País e que controlam as estruturas públicas tradicionalmente são setores conservadores e creio que o papel das Lideranças populares, das lideranças parlamentares é ficarem polarizadas pela rua, pelos interesses populares e a manifestação de Vossa Excelência, me parece, guarda este objetivo de manter os olhos postos nas ruas pelas transformações e pelas mudanças sociais.

Os meus parabéns.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço a sua intervenção, Deputado Bona Turra, mas acho que neste momento todos nós precisamos nos

despojar de qualquer interesse pessoal, de qualquer interesse político. Evidentemente que nós temos procurado manter esta posição aqui na Assembléia Legislativa, esta coerência que nos norteou durante toda a nossa caminhada política, como Vereador da Capital do Estado, como vice-Prefeito e na condição de Deputado pela segunda legislatura. E nunca mudamos a nossa posição, nunca mudamos a nossa forma de ser, nunca modificamos a nossa maneira de ser.

Por isso não poderia me furtar neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de vir aqui externar do fundo do meu coração a expectativa que tenho, a esperança que tenho e que todos nós temos, de que este Brasil tem conserto, de que este Brasil tem tudo para dar certo. Agora, é preciso que cada um de nós faça a sua parte porque não será o Presidente Itamar Franco, não será o Ministro Fernando Henrique Cardoso que vai modificar o País, se nós não modificarmos, se nós não dermos a nossa parcela de colaboração também.

Para concluir, Senhor Presidente, sendo generoso ao Deputado Oswaldo Trevisan que sempre vem engrandecer este nosso humilde pronunciamento nesta tarde.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Deputado Algaci Túlio, estou acompanhando atento este pronunciamento que Vossa Excelência faz na tarde de hoje e que mais uma vez engrandece a esta Casa.

Vossa Excelência traz a preocupação de todos os brasileiros, que é o encontro e o reencontro do Brasil com o desenvolvimento, mas não somente o desenvolvimento econômico. Vossa Excelência traz a preocupação que nós encontremos também o desenvolvimento social, o desenvolvimento político, tanto que a palavra "desenvolvimento" significa transformação e a transformação deste País, o desenvolvimento efetivo somente se dará quando compatibilizarmos o nosso progresso econômico com o nosso desenvolvimento social. Quando conseguirmos fazer com que os frutos do progresso econômico alcance, em distribuição de benefícios, a toda a nossa coletividade, porque Deputado, como lembrou bem Vossa Excelência, somos um País onde poucos têm muito e muitos não têm quase nada, não têm sequer os meios necessários para o atendimento das suas necessidades básicas essenciais como alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e saúde.

É preciso que este País que tem um PIB hoje na ordem de 400 bilhões de dólares, e que recentemente o Fundo Monetário Internacional, numa nova metodologia de cálculo do PIB, entendeu que o PIB brasileiro é da ordem de 800 bilhões de dólares, e isto, distribuído pela nossa população, dá uma

renda média "per capita" de cinco mil dólares por mês, nos faz perguntar: "como um País tão rico como o Brasil, ainda tem uma grande quantidade de pessoas à margem de todo o progresso?"

Então, por esta razão, é muito oportuno também o pronunciamento de Vossa Excelência, quando traz, a preocupação de todos nós, que este País tem que se preocupar com o desenvolvimento social, com o atendimento das necessidades básicas da população.

Com respeito às medidas ontem tomadas pelo Presidente da República e também pelo Ministro da Fazenda, é de lembrar que são medidas sérias, é de lembrar que precisam, como lembra Vossa Excelência, do apoio de toda a Nação. Agora, não podemos esperar que já neste próximo mês ou no mês que vem, teremos debelada toda a nossa inflação, mas é importante que tenhamos em vista que, o primeiro passo foi dado: corte das despesas e aumentos nas receitas, combatendo a sonegação.

Portanto, nobre Deputado, mais uma vez Vossa Excelência vem a esta tribuna com um discurso sério e que traduz o pensamento da coletividade nacional. Pedi este aparte também para cumprimentá-lo mais uma vez.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Oswaldo Trevisan. Muito obrigado, Senhores Deputados.

Acredito que Deus é brasileiro, vai iluminar a cabeça daqueles que estão em Brasília, porque é chegado o momento de pararmos com a "Ilha da Fantasia" e partirmos para a realidade, que é muito triste no País.

Esperamos e aguardamos realmente que o País possa reencontrar o seu verdadeiro caminho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes do terceiro assunto que me traz aqui hoje, que é a questão do Porto, gostaria de fazer dois registros que muito alegraram a este Deputado e também a população do litoral.

Primeiro, gostaria de parabenizar o Prefeito de Antonina, Pereira de Deus e sua equipe, pela coragem, pelo desprendimento por terem, contra todas as adversidades, feito a I EXPONINA, com todo o problema "Mata Atlântica" que vêm enfrentando os municípios do litoral. Fizera uma festa, com chuva, porque Antonina está pagando um tributo muito grande, e a chuva

também veio, e espero que tenha vindo para limpar todos os problemas que lá se encontram. E tiveram êxito nesta I EXPONINA.

Gostaríamos então, de agradecer e parabenizar a Prefeitura de Antonina.

Em segundo lugar, cumprimentar o Governador Roberto Requião pelo Programa e pelas obras entregues hoje, no Município de Paranaguá: água às colônias e o compromisso da conclusão da adutora inacabada no Município de Paranaguá.

Agora, Senhores Deputados, antes de mais nada, gostaria que os Deputados da situação - meu querido amigo Trevisan, Deputado Renato Adur, Deputado Bona Turra, que são os Deputados que mais usam a tribuna do outro lado - que fosse bem colocado, que antes de ser um Deputado de Oposição, eu sou um Deputado do Paraná. Para isso fui eleito: para cumprir o meu mandato e levar todas as minhas preocupações ao Governo do Estado.

Preocupações estas que culminaram com o começo do fim do Porto de Paranaguá. Infelizmente! Sem que haja culpados. Este Deputado, por ser um Deputado de Oposição, não foi ouvido ou fizeram de conta que não quiseram ouvir.

Acontece que de 11 meses para cá, quatro pronunciamentos foram feitos, referentes ao canal do Porto de Paranaguá: dez expedientes foram mandados às autoridades competentes. E nada disso foi levado em conta. Talvez porque eu fosse um Deputado de oposição. Só que este Deputado, volto a frisar, é um Deputado do Paraná.

E, eu acho, como os meus companheiros acham, nesta Casa, que bajulação não resolve os problemas nacionais e nem os problemas do Estado do Paraná.

Eu quero fazer um pequeno relato do que vem acontecendo no Porto de Paranaguá: em julho de 1992, a Capitania dos Portos do Estado do Paraná comunicou o Porto de que os navios da marinha mercante já vinham raspando o fundo, entre as bóias 2, 3, 4 e 5. Depois, em 93, a Capitania notificou o Porto de Paranaguá sobre as bóias 11, 12, 13 e 14, que tinham e têm problemas de assoreamento.

Não bastasse isso, Senhores Deputados, a praticagem de Paranaguá já vinha desviando os navios da sua rota original, para não encalharem nos bancos ali formados.

Mas, vamos em frente: O que aconteceu? Existem problemas de assoreamento no berço do Porto de Paranaguá, existe problema de assoreamento no canal do Porto de Paranaguá, e também existe um gasto com dragagem, feito pelo Porto de Paranaguá de mais de 3 milhões de dólares.

Agora, eu me pergunto: será que o dinheiro foi mal aplicado? Ou será que o serviço foi mal feito?

São estas dúvidas que me levam à preo-

cupação que hoje estou. Vejam bem, a coisa é tão séria e tão problemática, que hoje, escutando o "Bom Dia Paraná", eu vejo o nosso querido vice-Governador - Mário Pereira, incorrer em erro, erro grave nas suas declarações à Imprensa e à população do Paraná. Não é 1,8 a perda que o Porto vai ter na questão de embarque, imediatamente, se, não for realizado uma dragagem, o Porto de Paranaguá deixará de exportar 800 mil toneladas. Isso dá alguns milhões de dólares. Mas, o problema não estava aí. Ontem, em Paranaguá, fui chamado a uma reunião de emergência entre a Associação Comercial, Diretores do Porto, Capitania dos Portos e de lá saiu um documento que passo a ler:

"Paranaguá, 14 de junho de 1993.

Excelentíssimo Senhor

DR. ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná
Curitiba - Paraná

Senhor Governador:

As Entidades signatárias, Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, Associação Profissional das Entidades Estivadoras de Paranaguá e Antonina - APEEPA, Sindicato das Agências Marítimas do Estado do Paraná - SINDAPAR, Centro de Navegação Transatlântica - CENTRONAVE, Associação dos Práticos do Estado do Paraná, representando a comunidade dos negócios de navegação marítima e comércio exterior do Porto de Paranaguá, e por extensão toda a Sociedade Paranaense, por seus Presidentes que esta subscrevem, respeitosamente vêm a presença de Vossa Excelência para o fim de exporem e solicitarem o que segue:

1 - Como é do conhecimento de Vossa Excelência, em meados da semana próxima finda, encalhou no canal da Galheta o Navio "New Horizon", que transportava 18.000 TM de pelletes de farelo de soja carregadas no Porto de Paranaguá.

2 - Esse evento é consequência do assoreamento da Baía de Paranaguá e do canal de acesso ao Porto.

A comunidade empresarial signatária há mais de um ano vem alertando os órgãos estatais responsáveis pelo Porto de Paranaguá da necessidade da dragagem contínua, corretiva e de manutenção, sob pena da inevitabilidade de acidente com graves consequências para a economia do Estado do Paraná.

3 - A par do citado encalhe, o Ilustríssimo Senhor Capitão dos Portos do Estado do Paraná, através de ato expedido em 13 de junho em curso, rebaixou o calado do Canal da Galheta de 37 para 32 pés.

4 - Portanto, somente navios com cala-

do de até 32 pés podem transitar pelo canal de acesso ao Porto de Paranaguá a partir de hoje.

5 - As consequências da diminuição de calado fizeram-se sentir de imediato. Vários navios carregados com calado de 37 pés estão impedidos de saírem da Baía de Paranaguá.

Outros, em processo de embarque, não poderão receber suas cargas na íntegra.

6 - Os problemas decorrentes da redução de calado não se limitam aos casos expostos.

Os navios que arribam o Porto de Paranaguá perderão em sua capacidade média de carga o equivalente a 8.500 toneladas métricas.

Significa dizer que muitos contratos de exportação em andamento não poderão ser cumpridos.

Afora esse efeito imediato, de desconforto do exportador em relação ao mercado externo, e nos prejuízos financeiros decorrentes do descumprimento dos contratos de venda, a situação afigura-se gravíssima, desqualificando o Porto de Paranaguá para o escoamento do restante da atual safra, e das futuras.

7 - Desnecessário dissertar sobre os prejuízos nos fretes.

Porém, não podemos deixar de ressaltar que a impossibilidade de Paranaguá receber navios de calado médio utilizados em transporte de grãos, abalará não somente a economia local, mas terá gravíssimas repercussões sobre as fontes produtoras.

Não é nosso propósito procurar ou apontar os responsáveis por essa situação.

Pretendemos, isto sim, solucionar o problema em conjunto com as autoridades portuárias e o Governo Estadual.

Para tanto, sabedores que Vossa Excelência estará em Paranaguá em visita oficial no dia de amanhã (15.06.93), seus representantes, exporão seus pontos de vista e proporão soluções para o grave problema da dragagem no Porto de Paranaguá.

Essas soluções, imediatas, de médio e longo prazo, serão apontadas de forma objetiva, de modo a colaborar com os projetos do Governo Estadual.

No aguardo de manifestação de Vossa Excelência sobre a solicitação supra, na oportunidade reiteramos-lhe nossa consideração e apreço.

Atenciosamente

José Luiz Boabaid -Presidente da ACIAP

Manoel Rubens Magalhães - Presidente

da APEEPA, SINDIPAR E CENTRONAVE

Dermot Rodney de Freitas Barbosa -

Presidente da Associação dos Práticos do Estado do Paraná"

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o reflexo foi imediato no comércio inter-

nacional. Se os Senhores forem a Paranaguá os Senhores verão o estado que se encontra o ânimo dos exportadores, dos trabalhadores e da população daquela cidade. Preocupação que não mais é de Paranaguá, mas de todo o Estado e deve ser também do Governo Federal.

O Porto de Paranaguá é o primeiro porto em exportação de grãos. Acontece que na reunião de ontem o capitão dos portos que há muito vinha protelando as medidas de redução de calado disse uma frase que me marcou. Ele disse: "Entre a imortalidade e a imbecilidade foram quatro dias" porque sempre esperando uma solução, sempre esperando alguma coisa por parte das autoridades ele foi deixando à moda do jeitinho brasileiro e aconteceu o que aconteceu, reflexo internacional negativo aonde o porto público do Estado do Paraná corre grande risco de se tornar mais um porto de fundo de baía.

Senhores Deputados, eu peço a todos os Senhores Deputados, não existem culpados. Existem só perdedores nesta história. O Porto não é culpado, a capitania não é culpada, os práticos não são culpados, os exportadores não são culpados. O que vem acontecendo é o seguinte. Nós precisamos imediatamente, nós da Assembléia Legislativa encontrar a solução. Eu proponho duas:

1) Que existe uma draga russa fazendo serviço na Argentina. E que essa draga seja autorizado pela Assembléia uma contratação sem licitação porque é um caso emergencial;

2) E a médio prazo, que o Porto de Paranaguá compre uma draga permanente. E digo por quê. Porque a draga que está lá a Macapá, que é a melhor draga que existe no Brasil; a melhor das três que funcionam, é bom que se diga a verdade, não vai, em hipótese alguma, resolver o problema porque a draga só tem capacidade para dragar até 12 m e isso não dá os 37 pés.

E eu gostaria, aproveitando, que todos os Senhores Deputados se engajem comigo nessa briga, que não é mais minha, mas do Estado do Paraná, para que nós tentemos juntos achar uma solução para o maior porto que existe no Brasil. A minha preocupação, vejam bem, há pouco eu recebi um comunicado do Superintendente dos Portos que a Companhia Docas do Rio de Janeiro mandou um fax dizendo que o navio estava fora do canal.

Nós estamos começando mal, nós estamos procurando desculpas para um problema sério, um problema que afetará toda a agricultura, toda a economia do Estado do Paraná. Santa Catarina através dos portos de São Francisco, Imbituva, Itajaí estão dando risada; Santos festeja com fogos de artifício essa infelicidade que o Paraná es-

tá sofrendo hoje.

E a minha preocupação, além do desemprego que se criará na minha cidade, além de cargas que serão desviadas para outros portos, a diminuição de receita para o Estado do Paraná, é que nós, juntos, achemos uma solução, porque é muito importante nesse momento que não se jogue praga, mas que a gente some para achar as soluções para que o Porto de Paranaguá não seja esquecido e relegado a segundo plano. Vejam bem Senhores Deputados, se nós formos esperar uma licitação internacional o porto vai levar seis meses para poder começar a ser feito um trabalho. Foi pedido agora uma batimetria, com um detalhe Senhor Presidente, o Porto de Paranaguá em 29 de abril de 1992 tinha uma batimetria feita e não revelada à capitania dos portos, e acredito também, não revelada ao Senhor Governador do Estado.

E aquele velho chavão que eu sempre digo, que o Governo precisa de colaboradores e não de admiradores. Se isso foi feito, se a diretoria técnica do porto omitiu essa informação do Governador Roberto Requião, essa mesma diretoria deve ser demitida de imediato, porque os reflexos são para o Estado do Paraná.

Vejam bem Senhores Deputados, nós não estamos aqui para brincar, está em jogo a economia, tão carente neste País e tão carente neste Estado, e nós não podemos jogar pela janela milhões e milhões de dólares que passariam pelo Porto de Paranaguá. Dou o aparte ao Deputado Trevisan.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Nobre Deputado

Lourenço Fregonese, o meu aparte a Vossa Excelência se divide em dois itens, o primeiro dele é para cumprimentar Vossa Excelência como Deputado de Paranaguá, e que traz aqui a preocupação não só de Paranaguá, mas de todo o Porto, do Paraná, e quer Vossa Excelência, entendo bem intencionado, trazer aqui os problemas do Porto de Paranaguá. E também como Vossa Excelência em seu discurso se referiu a nós é que nós estamos também participando deste aparte com Vossa Excelência.

Cumprimentando Vossa Excelência pelo seu discurso também desta tarde, nobre Deputado, eu também preciso fazer um reparo. Tenho notado que em diversas oportunidades Vossa Excelência se protege aí no manto do Pequeno Expediente, e não permite aparte, e quando se dá aparte e a coisa começa, o debate começa a esquentar, Vossa Excelência encerra o discurso e desce da tribuna.

Mas hoje, Vossa Excelência vai descer daí com duas bordoadas. Veja, Vossa Excelência vem aí, sobe na tribuna e elogia inicialmente o Governador Roberto Requião pelas obras que inaugurou em Paranaguá. Isto é o reconhecimento de que o Governo

está realizando, de que é um Governo empreendedor, de um Governo presente no atendimento das necessidades do povo do Paraná. Depois, em seguida, Vossa Excelência vem criticar a administração pelo Porto de Paranaguá. Vossa Excelência reitera aqui aquele princípio de uma no cravo, outra na ferradura; acende uma vela para Deus, outra para o diabo. Ou como eu disse numa ocasião aqui, lembrando o poeta Gonçalves Dias na Canção de Exílio: "minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá, as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá", e eu lembrava, os Fregonese que vêm aqui na tribuna e que falam mal do Governo, não são os mesmos que comparecem no Palácio, lembro a Vossa Excelência.

Mas nobre Deputado, Vossa Excelência eu tenho visto e reconheço isso, é um especialista em Porto de Paranaguá, e tem reiteradas vezes subido a essa tribuna, algumas delas talvez até com razão, mas talvez o excesso de preocupação com as questões de varejo do Porto tenha transformado Vossa Excelência assim num apocalipse, num pregoeiro das desilusões. E as vezes um simples navio que ameaçou de encalhar ali, já é um problema que traz preocupação a Vossa Excelência.

Então, por ser Vossa Excelência um Deputado de Paranaguá, mas por vezes quando Vossa Excelência faz uma indagação, diz que obras lá foram realizadas, mas Vossa Excelência indaga, será que o dinheiro foi bem aplicado, isso já me faz duvidar um pouco e lhe perguntar do conhecimento de Vossa Excelência com o Porto. Se Vossa Excelência efetivamente tem o conhecimento que eu entendo que deve ter, nem cabe indagar se foi bem aplicado ou não, Vossa Excelência já saberia. E veja, as preocupações com o navio, esta semana eu vi notícia que no Porto do Rio Grande afundou um navio, parece-me, nas proximidades dali. A questão de afundar são fatos que acontecem.

Então, para finalizar, eu quero dizer a Vossa Excelência, o vice-Governador Mário Pereira que é o administrador do Porto, que está na paróquia dele, a questão do Porto já foi hoje à televisão e explicou. Então eu quero dizer, eu por enquanto, até prova em contrário, eu vou ficar com as explicações do vice-Governador Mário Pereira, que mostra que o Governo não esqueceu do seu Porto, que mostra que o Governo está ali presente, acompanhando as dificuldades e os problemas do Porto e na medida do razoável, do possível, está resolvendo, nobre Deputado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Meu caro Deputado São Tomé, eu gostaria de lhe dizer o seguinte, infelizmente Deputado Tre-

visan, o Senhor foi muito infeliz no seu aparte. O Senhor peca, e peca muito, eu vim aqui, reiterei, agradei as obras que estão sendo feitas no Município de Paranaguá. Por quê? Existe uma parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Eu não faço oposição sistemática, não faço oposição burra e enxergo, porque o pior cego é aquele que não quer enxergar, não é Deputado Trevisan, e o Senhor tomou esse papel hoje.

Vou lhe dizer o seguinte, vejam bem, o que o Governador está devolvendo à Paranaguá em obras, nada mais é do que Paranaguá fez pelo Paraná. Eu encerro aí a questão do Porto, Deputado, e vou lhe dizer muito bem, o meu assessor para assuntos portuários, é bom que o Senhor entenda, trabalhou na extinta PORTOBRÁS, nove anos de engenheiro, fez especialização em Portos no Japão, hoje Diretor de uma das cadeiras de estatística na PUC. Então, eu não venho tão leigo a essa Casa, agora, o Senhor, Deputado Trevisan, o Senhor tem que parar de tentar não enxergar os problemas. Os problemas estão aqui numa carta assinada pelos exportadores, pelos trabalhadores e pelas associações comerciais de Paranaguá, isso o Senhor não pode ir contra as evidências, Deputado Trevisan, pelo amor de Deus, eu vim aqui com o coração aberto pedir que a Casa se una para que nós resolvamos o problema do Paraná, que é o Porto de Paranaguá hoje. Não é mais um problema da Cidade de Paranaguá, o Senhor vai sentir na economia, o Senhor vai começar a sentir na queda de arrecadação do Estado, porque a vida no porto é muito diferente do que a vida serra-acima. E no porto não se fala em cruzeiros; fala-se em dólares. No porto não é horário normal; é horário marítimo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao orador que Vossa Excelência já faz uso dos trinta minutos destinados ao Grande Expediente e lhe concede um minuto para concluir.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Nobre Deputado Trevisan, eu já falei ao superintendente numa resposta através do jornal, Porto de Paranaguá é uma coisa séria, não pode ser levado na brincadeira. Infelizmente, no seu aparte, o Senhor tentou brincar. Eu acho que com porto, com dinheiro, com vida humana, com trabalho não se brinca porque não é o Senhor nem eu que vamos passar fome, que vamos passar necessidade e correremos o risco de ser mandados embora por falta de trabalho. É a população do município e a população do interior que não terá também as condições. O reflexo é no Estado todo.

Deputado Trevisan, pelo respeito que

eu tenho ao Senhor, pelo respeito que eu tenho por todos os seus mandatos, eu lhe peço: nunca mais brinque com a questão do Porto de Paranaguá.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de conceder pela ordem e fazendo uso dos ditos populares, não dá para brincar com porto e nem com porco. O Corinthians que o diga.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Eu quero informar ao Plenário, Senhor Presidente, aquilo que já havia informado ao Deputado Lourenço Fregonese que em discussão mantida com Sua Excelência Secretário de Estado dos Transportes semana passada, engenheiro Mário Pereira, houve a manifestação do Senhor Secretário de reunir-se com representação parlamentar desta Casa para tratar com disciplina e método a questão do Porto de Paranaguá.

Informo então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aquilo que já havia informado ao Deputado Lourenço Fregonese, a disposição de, ainda esta semana, podermos metodizar as questões todas e ponderações havidas em relação ao porto de Paranaguá para que, de modo disciplinado, possamos debatê-las com a autoridade do sistema de transportes do Estado, engenheiro Mário Pereira, bem como com a direção do Porto de Paranaguá.

É a informação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PSDB - (Declina).
Liderança do BPT - (Declina).

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Só respondendo ao Senhor Deputado Bona Turra.

Conversaremos e discutiremos democraticamente em qualquer campo que o Senhor queira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Menos do campo físico.

Antes de prosseguirmos no Horário das Lideranças, a pedido do Deputado Toti Colação, registramos a presença da Prefeita Municipal de Fênix, Maria de Lourdes Araújo Feitosa; do ex-Prefeito de Fênix, Cícero Feitosa; dos Vereadores de Fênix, Melquíades Faria, Jorge Proença, Wilson Stefani; do Presidente da Câmara, Paulito de Assis; dos demais assessores, Benedito Cardoso, Wilson Quinteiro, Moacir Mano Silva e Januário de Al-

A pedido do Deputado Alceu Swarowski, registramos a presença do Professor Airton Gonçalves Celestino, organizador e promotor da festa 3.^a Semana Bucovina de Rio Negro, Mafra através da Associação Alemão Bucovina de Cultura. Convido os Senhores Deputados a comparecerem neste evento.

Ainda no Horário das Lideranças consulto a Liderança do PTB se fará uso de seu tempo. (Declina).

Partido Liberal. (Declina).

Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ontem estive aqui nesta Casa o Deputado Federal, Delcino Tavares, o qual fez uma exposição e eu não pude estar presente e alertei a Assembléia Legislativa de que não estaria e entrei com Requerimento pedindo a transferência da data e de acordo com a alegação da Liderança do PMDB era impossível.

Digo aos Senhores Deputados duas coisas: a primeira delas - lerei as notas taquigráficas e trarei a resposta de todas as questões levantadas na próxima semana. E a segunda, desta Tribuna, eu lanço um desafio ao Deputado para um debate público, seja através de meios de comunicação ou num Plenário ou em qualquer campo que ele desejar, desde que não seja o físico, complementando o que disse agora o nosso Presidente.

Tenho toda a disposição desse debate.

Em segundo lugar estivemos em Brasília neste final de semana no 8.^o Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores.

De acordo com o que se divulgava na imprensa a nível nacional o PT sairia rachado, o PT sairia dividido, o PT vive crise, como a própria Folha de São Paulo chegou a criar um simbolozinho, como na época do "impeachment" do Collor, e há mais de duas semanas vem divulgando que entre o PT há uma briga entre radicais, xiitas, direita e esquerda. Que pena que não se sabe interpretar o que ocorre no Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores é um Partido democrático, em cujo interior, desde a sua fundação convive em várias correntes ideológicas, várias tendências de pensamentos, e o embate entre pensamentos nunca foi crime dentro do Partido dos Trabalhadores.

Desde a sua fundação o Partido dos Trabalhadores tem uma postura de respeito individual e de respeito coletivo a todos os tipos de pensamento. Só tem uma questão: o Partido dos Trabalhadores não tolera corrupção, deslealdade, falta de solidariedade e atos vis entre seus militantes.

Curitiba, terça, em 15.06.93

Nós do PT construímos um Partido Democrático e que nesse 8.^o Encontro veio mostrar mais uma vez que é possível fazer um Encontro aonde todos que desejam falar o fazem, aonde todas as correntes de pensamento se manifestam, aonde o documento final é aprovado com emendas de todas as correntes e de todos que convivem dentro do PT.

O Partido dos Trabalhadores identifica que este tipo de postura da crise que diz que vivemos é porque todos os meios de comunicação, todos os órgãos de informação do nosso País têm dito que Lula vence hoje qualquer eleição.

Toda e qualquer pesquisa apresenta o companheiro Lula como o principal líder hoje das massas populares. E claro que há o desejo de alguns setores da sociedade de que isto seja destruído, assim como tinham o desejo em 89 destruir aquela liderança. E até aproveitamos a oportunidade de os Deputados que em 89 apoiaram o Collor que venha já no primeiro turno apoiar o Lula, porque tudo o que dizíamos que aconteceria, aconteceu. É o momento até de se corrigir perante a história do Brasil, lutando para um candidato das massas populares, lutando por um candidato que defende o explorado e o oprimido.

E terminamos o 8.^o Encontro sem sequer um voto contrário à recondução de Lula à Presidência da República. Batemos chapa sim. Oito chapas disputaram a direção do Partido, mas nenhuma delas lançou candidato à Presidência, porque todos nós reconhecemos em Lula o principal líder do PT e o principal líder popular do nosso País.

Houve sim alguém que saiu do PT com esse Encontro e quero responder, chama-se Ricardo Moraes, o Deputado que estava submetido à Comissão de Ética, Deputado de Manaus, que vendo que todos os seus erros foram comprovados e todas as acusações que tinham sobre ele, foram comprovadas e que todas as irregularidades que pesavam sobre aquele cidadão foram provadas e que ele seria expulso nesse Encontro Nacional do PT. Esse Deputado na véspera do Encontro, saiu do Partido dos Trabalhadores e para mostrar que o PT é democrático, que sabe punir na hora certa, puniu a ex-Prefeita Luiza Erundina e a maior punição que ela teve, ela teve dentro do Governo Itamar, ao ser demitida e o Partido dos Trabalhadores solidário, sabe estender a mão para ter de volta essa companheira, porque entendemos que ela não é corrupta, é justa e é honesta e foi equivocada naquele momento, e esse equívoco é perdoável.

O nosso Encontro terminou como não poderia deixar de ser, lançando Lula, candidato à Presidente da República, por aclamação de todo o Plenário que assim o aplaudiu de pé.

O Lula é o Presidente do PT, até o momento de licenciar-se para a campanha eleitoral e futuramente o Presidente da República e esperamos contar com o apoio de todos os Senhores Parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças, lembramos Senhores Deputados que às 17:00 horas, teremos a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ronald Accioly na reunião da Comissão de Orçamento, quando estará sendo discutida a proposição do Tribunal de Justiça e uma participação, além dos 6%, no orçamento do Estado e que isso venha a constar da LDO.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor o Colégio de Vice-Líderes do Governo, ao qual caberá o comando dos trabalhos de Plenário. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 021/93, subscrito pelo Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 a 17 do corrente mês, em função de uma reunião com os Líderes do PTB da região e com a presença do Ministro da Indústria e Comércio. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constantes do expediente, necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/92, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Bom Jesus ao Município de Castro. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ.no D.A. nº 169 de 25.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 395/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Alceu Swarowski, objetiva o Projeto de Lei ora em questão, autorizar o Departamento Estadual de Trânsito a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Analisando o projeto, notamos não constar nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional para a normal tramitação do mesmo nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é **FAVORÁVEL**, opinando-se por sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 395/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Alceu Swarowski, o Projeto de Lei nº 395/92, ora sendo examinado por esta Comissão, visa autorizar o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e com a

respectiva garantia do fabricante.

Da análise proferida, constatamos a preocupação do autor, pelo uso de veículos automotores feito por deficientes físicos, sem as devidas adaptações, revestindo-se tal fato num constante risco no trânsito de nossas cidades.

Por revestir-se a matéria ora proposta de cunho meramente autorizatório, emito parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 013/93, de autoria do Tribunal de Justiça, cria o Juizado Especial para que as infrações penais de menor potencial ofensivo e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

PROJETO DE LEI N° 013/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° - Ficam criados os Juizados Especiais Criminais de Pequenas Causas para a conciliação, quando possível, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.

Art. 2° - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para efeitos desta lei, as contravenções penais, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, o crime de lesões corporais culposas, desde que de natureza leve, e os crimes definidos na Lei n° 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), excetuados os casos em que a lei preveja procedimentos especiais.

Art. 3° - O processo perante os Juizados Especiais Criminais de Pequenas Causas orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

TÍTULO II

DO PROCESSO PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 4° - A competência dos Juizados será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal, observadas as demais prescrições pertinentes do C.P.P..

Art. 5° - Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horários noturnos e em qualquer dia da semana, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - O órgão do Ministério Público terá intervenção em todos os atos dos procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 6° - Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no artigo 3° desta Lei.

§ 1° - Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2° - A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

§ 3° - Serão objetos de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Art. 7° - A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível.

Parágrafo Único - Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

Art. 8° - A intimação far-se-á por correspondência, pelo sistema de Mãos Próprias (M.P.) ou, tratando-se de pessoa jurídica, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou sendo necessário, por mandado.

Parágrafo Único - Dos atos praticados em audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

Art. 9° - Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.

CAPÍTULO II

DA FASE PRELIMINAR

Art. 10 - A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência não se tratando de hipótese de prisão em flagrante, lavrará relatório circunstanciado e o

encaminhará imediatamente ao Juizado com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Art. 11 - Comparecendo o autor do fato e a vítima e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, ficando desde logo os mesmos intimados.

Art. 12 - Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil, na forma dos artigos 8º e 9º desta Lei.

Art. 13 - Na audiência preliminar, presente o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o representante do Ministério Público oferecerá acusação oral e esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 14 - A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo Único - Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da Lei Estadual nº 8280 de 24 de janeiro de 1986, preferentemente entre bacharéis em direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Art. 15 - A composição dos danos civis será reduzida a termo e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título executivo.

Parágrafo Único - Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Art. 16 - Não obtida a composição dos danos civis, será dada ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, perante o Juizado Especial Cível desde que a causa não ultrapasse 20 salários mínimos.

Art. 17 - Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa a ser especificada na proposta.

§ 1º - Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração con-

denado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade em sentença definitiva.

II - ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo.

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 2º - Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 3º - Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 4º - Da setença prevista no parágrafo anterior, que deverá ser fundamentada, caberá a apelação referida no artigo 24 desta lei.

§ 5º - A imposição da sanção de que trata o § 3º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, cabendo aos interessados proporem ação no Juízo Cível.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

Art. 18 - Na ação penal pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela inocorrência da hipótese prevista no artigo 17, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 1º - Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no artigo 10 desta lei, será observado o artigo 41 do Código de Processo Penal.

§ 2º - Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes na forma do parágrafo único do artigo 7º desta lei.

§ 3º - Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, que será reduzida a termo, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do artigo 7º desta lei.

Art. 19 - Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-

-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

§ 1º - Se o acusado não estiver presente, será citado na forma dos artigos 7º e 9º desta lei e cientificado da data da audiência de instrução e julgamento, devendo a ela comparecer com seu advogado e trazer as suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimação destas no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência.

§ 2º - Não estando presentes o ofendido e o responsável civil, serão intimados nos termos do artigo 8º desta lei para comparecerem à audiência de instrução e julgamento.

§ 3º - As testemunhas arroladas serão intimadas na forma prevista no artigo 8º desta lei.

Art. 20 - No dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento, se na fase preliminar não tiver havido possibilidade conciliação e de oferecimento de proposta de suspensão do processo pelo Ministério Público, proceder-se-á nos termos dos artigos 13 a 16 desta lei.

Art. 21 - Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Art. 22 - Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa.

§ 1º - Havendo recebimento serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença motivada.

§ 2º - Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 3º - De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença.

CAPÍTULO IV DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 23 - Nos crimes abrangidos por esta lei em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá

Curitiba, terça, em 15.06.93

propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (artigo 77 do Código Penal).

§ 1º - Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

a) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

b) proibição de frequentar determinados lugares;

c) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

d) comparecimento pessoal e obrigatório a Juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º - O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e a situação pessoal do acusado.

§ 3º - A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º - A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º - Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º - Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º - Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS

Art. 24 - Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa da sentença caberá apelação que poderá ser julgada por turma composta de 3 (três) Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º - A apelação será interposta no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 2º - O apelado será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - As partes poderão requerer a transcrição da gravação da fita magnética a que alude o § 3º do artigo 6º desta lei.

§ 4º - As partes serão intimadas da data da sessão do julgamento pela impren-

sa.

§ 5º - Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Art. 25 - Das decisões interlocutórias caberá agravo retido, no prazo de dois dias, a fim de que seja conhecido por ocasião do julgamento da apelação.

Parágrafo Único - Interposto o agravo retido é facultado ao Juiz reexaminar sua decisão.

Art. 26 - Cabem embargos de declaração, no prazo de dois dias, contados da ciência do julgado nos casos de ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão em sentença ou acórdão.

§ 1º - Quando opostos, os embargos de declaração suspenderão o prazo para o recurso.

§ 2º - Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Art. 27 - Cabem embargos de divergência, ao Tribunal de Alçada, no prazo de cinco dias, com efeito suspensivo, dos julgamentos que divergirem da jurisprudência do próprio Tribunal ou de decisões de outra Turma Recursal do Juizado.

Art. 28 - Na sentença condenatória, o Juiz deverá desde logo atribuir o valor do dano patrimonial sofrido pela vítima. Se impossível, poderá fazê-lo depois, servindo-se de perito especialmente designado.

Parágrafo Único - Para a execução civil serão entregues ao credor, sem ônus, cópia autenticada da sentença, acompanhada do arbitramento do valor dos danos e certidão de seu trânsito em julgado.

CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO

Art. 29 - Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento na secretaria do Juizado.

Parágrafo Único - Efetuado o pagamento, o Juiz declarará extinta a punibilidade determinando que a condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial.

Art. 30 - Não efetuado o pagamento da multa, será feita a conversão em pena privativa de liberdade, ou restritiva de direito, nos termos previstos em lei.

Art. 31 - A execução das penas não privativas de liberdade ou de multa cumulado com estas, será processada perante o próprio Juizado.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 32 - As disposições desta lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciado.

Art. 33 - Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal.

Art. 34 - Esta Lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O Juizado Criminal de Pequenas Ofensas, contemplado no artigo 98 "caput" e inciso I, da Constituição brasileira de 1988, não resolverá, por si só, a grave questão do congestionamento do Judiciário e nem contribuirá, decisivamente, para o resgate de seu prestígio, cabendo esclarecer que a idéia central toca mais na circunstância especial do acesso à Justiça, fortemente elitizada, na medida em que a tônica da celeridade, com a eliminação de excessivos atos, alguns dúplices, oferecerá à sociedade a reparação mais pronta do dano e a aplicação da sanção penal sem aceno à expectativa da extinção da punibilidade pela prescrição, quando sabidamente aos olhares populares a primeira mais interessa.

Alguns Estados, entre os quais Mato Grosso do Sul e Piauí, segundo se tem notícia, estão aquinhoados com legislação local sem questionamento constitucional na mais alta Corte.

A par disso, a Câmara Federal já aprovou projeto específico que hoje se encontra em tramitação no Senado.

O estudo que ora submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, abarcou em sua competência o processo e o julgamento dos crimes com pena corporal até um ano e as contravenções penais, excetuadas as infrações que prevejam procedimento especial como aquelas contra a honra, que em essência significam mais da metade dos feitos de todos os Juizes Criminais do Estado.

Antecipando-se ou não à lei federal, o Estado do Paraná estará mais uma vez na vanguarda da denominada "Justiça menor", posto que não se pode olvidar dos tantos benefícios que os atuais Juizados Cíveis vêm prestando à coletividade, depositários das esperanças de agilização e desburocratização da Justiça, a fim de que o cidadão solucione seu conflito sem que tenha que renunciar ao seu direito e cada vez mais acrescentar outro ingrediente da instabilidade social, ou melhor, de "litigiosidade contida" na feliz expressão do Desembargador paulista Kazuo Watanabe.

Alicerça-se o projeto em duas cir-

cunhâncias altamente objetivas - a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação da pena não privativa de liberdade - na medida em que é chamado aos autos o responsável civil para a composição do prejuízo, ao mesmo tempo em que se oferece ao acusado primário e não revel, antes mesmo da coleta de qualquer prova oral, a possibilidade da transação, isto é, da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, nos estritos limites contidos na lei penal. E se de um lado suprime o anacrônico e desnecessário inquérito policial, manifesta fonte de aconchegos espúrios e de morosidade na prestação jurisdicional, substituindo-o por boletim circunstanciado do episódio delituoso, lavrado pela autoridade policial que atender a ocorrência, tanto civil como militar, não dispensa a denúncia do Ministério Público, nem mesmo de qualquer de seus requisitos (artigo 41 do CP).

Vencida esta fase sem sucesso, o Juiz designa audiência de instrução e julgamento, à qual deverão comparecer as partes, o ofendido e as testemunhas, estas no máximo de até três de cada parte, além do responsável civil, reabrindo-se a tentativa de acordo civil e da transação da pena, invertendo-se a ordem de produção das provas com o interrogatório por último em observância ao princípio constitucional da ampla defesa.

De outro lado, antes mesmo de qualquer audiência com as partes, abre-se a possibilidade do Ministério Público oferecer a denúncia com proposta de suspensão condicional do processo, hipótese corrente na prática atual em que tais infrações sempre são agasalhadas com a concessão de sursis, submeto o acusado, acaso concorde àquelas condições fixadas pelo Juiz (artigos 77 e seguintes do CP).

O tratamento que se dá à comunicação dos atos à produção das provas, com o emprego dos meios de transmissão como o de mãos próprias (MP) através dos correios e de gravação de fita magnética ou equivalente, está em consonância com a modernidade da rapidez e eficiência de reduzir distâncias e na eliminação da antiga prática de tudo reproduzir na quase já obsoleta máquina de escrever.

Os recursos criminais serão de competência de turmas recursais constituídas por Juizes de primeiro grau, admitindo-se embargos de divergência ao Tribunal de Alçada quando os julgados contrariem a Jurisprudência daquela Corte ou até mesmo de outra turma regional, prevendo ainda embargos de declaração e, de singular significado, o agravo retido do procedimento civil, possibilitando ao Juiz, quando interposto, reexaminar sua decisão.

Na realidade em que vivemos, Sr. Pre-

Curitiba, terça, em 06.06.93

sidente, onde "os pobres já são assaltados pelo miseráveis" como bem colocou o poeta Affonso Romano de Sant'Ana, urge que o Poder Judiciário trilhe caminho à busca do trato com distinção dos interesses da vítima, sem esquecer-se do devido processo legal de punibilidade, oferecendo à sociedade mecanismos hábeis e eficazes para atingir a almejada harmonia social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 013/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, oriundo de mensagem do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através do Ofício n° 530/92, objetiva criar os Juizados Especiais às infrações de menor potencial ofensivo e adota outras providências, na forma em que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, cabendo ressaltar o constante do artigo 98, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 98 - A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juizes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em Lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 013/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná visa criar o Juizado Especial para as infrações penais de menor potencial ofensivo e adotar outras providências.

Convocada esta Comissão de Finanças, entende que a apresentação da matéria a esta Casa de Leis torna-se necessária, já que os recursos para a cobertura do refe-

rido Projeto são ínfimos em relação aos benefícios sociais que irá proporcionar.

Por não haver impedimentos de ordem legal a presente matéria, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

Presidente

JOÃO PREIS

Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, como Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia, gostaria de avocar o Projeto, após aprovado pela sua constitucionalidade, ou até antes da sua aprovação, para que a Comissão pudesse, também, dar seu Parecer com relação ao Projeto. Parece-me que é de suma importância e esta Comissão, da Casa, precisaria opinar a respeito. É esta a indagação que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, em respeito à Comissão de Segurança Pública, na manifestação do Deputado Algaci Túlio...

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, entendo que talvez não tenhamos qualquer dúvida com relação à legalidade do Projeto. Apenas gostaríamos de que a Comissão também tivesse, seus integrantes, conhecimento do processo, para que pudessem, ela também, exarar seu Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, em atenção ao solicitado pelo Presidente da Comissão de Segurança Pública, informa que o Projeto foi aprovado em 1.^a Discussão, e que ele será retido na Ordem do Dia e constará, novamente, na Ordem do Dia da próxima quinta-feira. E, neste período, a Comissão de Segurança Pública será convocada pelo Deputado Algaci Túlio, para que possa, também, oferecer o seu parecer.

A pedido da Deputada Emilia Belinati, também lembramos que às 17 horas, no Tribunal de Justiça, ocorrerá a posse do Dr. Olympio Sá Sotto Maior como Procurador de Justiça do Estado do Paraná.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 040/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. n° 08 de 02.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 040/93

AUTOR: DEPUTADO TOTI COLAÇO

P A R E C E R:

I - O ilustre parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa autorizar o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente na comercialização de ferro, utilizado na construção de moradias populares, neste Estado.

II - Analisada a matéria, a mesma encontra-se em conformidade com a legislação que disciplina a matéria, opinando, para tanto, pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 040/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente na comercialização de ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

Procedida a análise legal da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 040/93. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 040/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 023/93, de autoria do Deputado Durval Amaral, institui a Região Metropolitana do Norte do Paraná, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. (Publ. no D.A. n° 04 de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 023/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei Complementar em exame, de autoria do nobre Sr. Deputado Durval Amaral, tem por finalidade instituir a Região Metropolitana do Norte do Paraná,

adotando outras providências na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, cabendo salientar o constante do art. 21, da Constituição do Estado do Paraná.

"Art. 21 - O Estado instituirá, mediante Lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios e da sociedade civil organizada na gestão regional."

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável ao presente Projeto de Lei, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 023/93. **Aprovado.**

O SR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, eu não quero fazer nenhum tipo de encaminhamento contrário ou favorável a tal Projeto.

Quero lembrar Vossa Excelência que na semana passada foi apresentado um Requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que fixa critérios para a organização e estabelecimento de regiões metropolitanas.

Estes critérios foram definidos com dados do IPARDES e com dados da Secretaria de Planejamento. Nós solicitamos regime de urgência para o nosso projeto, porque sabíamos que este estava tramitando.

Então, requeiro verbalmente, e posteriormente apresentarei por escrito, o adiamento por dez Sessões, para que possamos discutir os dois projetos juntos.

Conversei com o Líder do Governo, Deputado Renato Adur e não se opôs a esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 023/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer a doação dos terrenos, pertencentes ao Estado do Paraná Lotes nºs 01 a 08, Quadra A-2, Zona Armazém, para o Município de Umuarama/Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 29 de 07.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 119/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 119/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, Requer a doação dos terrenos pertencentes ao Estado do Paraná, Lotes nºs 01 a 08, Quadra 2, Zona Armazém, para o Município de Umuarama.

Nos estritos aspectos da competência desta Comissão, não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua apreciação pelo Plenário.

Salvo Melhor Juízo, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 119/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 119/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer a doação dos terrenos pertencentes ao Estado do Paraná, Lotes números 1 a 8, Quadra 2, Zona Armazém para o Município de Umuarama.

Sob o ponto de vista da Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, não há óbice para que o referido projeto tenha tramitação legal nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Sengés, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 37 de 27.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 145/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 145/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Sengés, o imóvel que especifica.

Da análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de natureza

constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 145/93

P A R E C E R:

Ora em trâmite para análise por esta Comissão o Projeto de Lei n° 145/93, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Sengés, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela cidade, caracterizando-se como lote de terras, com área de 883,00 m2, dividindo-se ao norte com a data n° 109; ao sul com a Rua Expedicionário Anélio da Luz, antiga Rua Itararé, ao nascente com a data n° 104; ao poente com a data n° 102, objeto da transcrição n° 31, conforme consta no livro 3, fls. 8, n° 37, do cartório de registro de imóveis do Município de Sengés, sendo posteriormente objeto de matrícula n° 1712/88 - protocolo n° 5881, pág. 199, livro 1-A, do mesmo cartório imobiliário.

O imóvel, objeto da doação de que trata o artigo anterior, será exclusivamente utilizado para a construção do Posto Municipal de Saúde, e ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa da prevista.

Sob o ponto de vista da Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, não há óbice para que o referido Projeto tenha tramitação legal nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 146/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, denomina Engenheiro Alfredo Geraldo Sica Pinto, o trecho da PR-419 - segmento da BR-116 - (Areia Branca dos Assis - Agudos do Sul, Km 16). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37 de 27.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 146/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 146/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, tem por finalidade denominar Engenheiro Alfredo Geraldo Sica Pinto, o trecho da PR-419 - segmento da BR-116 (Areia Branca dos Assis -

Agudos do Sul, Km 16).

Da análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 146/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 146/93, de autoria do Ilustre Deputado Heinz Georg Herwig, que denomina Engenheiro Alfredo Geraldo Sica Pinto, o trecho da PR-419 - segmento da BR-116 (Areia Branca dos Assis - Agudos do Sul, Km 16).

Entendemos que tal iniciativa, ocorre em razão ao reconhecimento do trabalho e dedicação prestados pelo nobre engenheiro, junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, bem como, aos relevantes trabalhos desenvolvidos na região Sul do País.

Nestas condições, seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da matéria, manifestando, assim, o nosso parecer favorável à aprovação do referido Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 147/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, denomina Engenheiro Osmar Pinterich, o trecho da PR-281 - segmento BR-316 (Tijucas do Sul - Agudos do Sul). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37 de 27.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 147/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 147/93, de autoria do ilustre Deputado Heinz Georg Herwig, ora sendo analisado por este relator, visa denominar Engenheiro Osmar Pinterich, o trecho da PR-281 - segmento BR-376 (Tijucas do Sul - Agudos do Sul), no Estado do Paraná.

Como resultado da análise proferida, constatou-se a não existência de óbice algum, que pudesse impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Estando portanto, o presente plano de lei ora "in questio", em perfeita consonância com a Legislação, emito parecer

favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 147/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Heinz Georg Herwig, o Projeto de Lei em tela, tem por finalidade, denominar Engenheiro Osmar Pinterich, o trecho da PR-281 - segmento da BR-376 (Tijucas do Sul - Agudos do Sul).

A matéria foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, inexistente qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 170/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, denomina-se a Rodovia PR 317, de Rodovia Vereador Severino Gomes da Silva, conforme especifica. Com PARÊCERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 42 de 05.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 170/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 170/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, ora sendo analisado por este relator, denomina a Rodovia Estadual - PR 317, de Rodovia Vereador Severino Gomes da Silva, no trecho compreendido do Trevo do Distrito de Bandeirantes D'Oeste até a ponte sobre o rio Piquiri, limitando o Município de Goioerê ao Município de Formosa do Oeste.

Como resultado da análise proferida, constatou-se a não existência de óbice algum, que pudesse impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tal fato, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 170/93

P A R E C E R:

Curitiba, terça, em 15.06.93

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o presente Plano de Lei objetiva denominar a Rodovia Estadual PR-317, de Rodovia Vereador Severino Gomes da Silva, no trecho compreendido do Trevo do Distrito de Bandeirantes D'Oeste até a ponte sobre o Rio Piquiri, limitando o Município de Goioerê ao Município de Formosa do Oeste.

Ao ser analisada esta proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Quanto ao mérito da matéria, sobre o qual é chamada a opinar, esta Comissão não encontrou qualquer obstáculo que possa impedir sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, somos de parecer favorável à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel ao Município de Matinhos, conforme especifica. Com PARÊCERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 45 de 10.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 176/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 175/93, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Matinhos o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela cidade, com as seguintes características: com 100.00 metros de frente para a Avenida do Contorno; para quem da Avenida do Contorno olha o imóvel na lateral direita mede 188.00 metros, divisando com uma rua projetada; na lateral esquerda mede 188.00 metros divisando com a área 132-A; nos fundos mede 100.00 metros divisando com a área 132-A.

Na área pretendida, através de doação, a municipalidade pretende construir o Hospital Municipal de Matinhos.

Por revestir-se a matéria de cunho meramente autorizatório, emito o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 176/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de

Lei n° 176/93, de autoria do ilustre Deputado Geraldo Cartário, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Matinhos, o imóvel que especifica.

No aspecto constitucional e legal, a proposta foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, denomina a Cadeia Pública de Ponta Grossa de Cadeia Pública Hildebrando de Souza, localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele município. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. (Publ. no D.A. n° 48 de 13.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 185/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 185/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por finalidade denominar a Cadeia Pública de Ponta Grossa de "Cadeia Pública Hildebrando de Souza", localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele município.

Da análise do referido projeto, não encontrando óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N° 185/93

P A R E C E R:

O referido Projeto, com o objetivo de denominar a Cadeia Pública de Ponta Grossa de "Cadeia Pública Hildebrando de Souza" localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele município.

Recebendo o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. De nosso exame, não defrontamos com nenhum empecilho do ponto de vista constitucional, ou ilegalidade regimental, somos favoráveis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, mais uma vez também verifico que esse Projeto de Lei, muito embora a princípio nada contrário, mas também verifico que há ausência do Parecer da Comissão de Segurança Pública da Assembléia. Gostaria também de que esse Projeto pudesse ser encaminhado àquela Comissão sem o parecer, porque senão, não há razão dela existir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa colocará em votação e também retornará o Projeto na Sessão de quinta-feira.

Em discussão, em votação. **Aprovado.** O projeto retornará na Sessão de quinta-feira após parecer da Comissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 1833, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1841, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1802, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1832, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Erondy Silvério, João Iensen, Colombino Grassano e demais Senhores Deputados, constante do expediente.

Requerimento n° 1834, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1854, de autoria dos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Nelson Garcia, Élio Rusch, Plauto Miró Guimarães, e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1805, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1912, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1803, de autoria do

Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1855 a 1911, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1845 a 1850, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1822 a 1831, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1807 a 1814, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1844, de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur, Luiz Henrique Bona Turra, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n.º 1806, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1815, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1819, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1817, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1820 e 1821, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1835 e 1836, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1838, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1913 e 1914, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência informa aos Srs. Deputados que no dia de amanhã, às 9:00 horas, no Palácio Iguaçu, ocorrerá o Seminário Nacional para recuperação da Triticultura, com a presença de Governadores de Estados produtores, Secretários de Esta-

dos, Lideranças Políticas, Lideranças do Setor Industrial e Produtivo. Esta Presidência, através do Bloco Parlamentar Agropecuário, já endereçou aos gabinetes dos Srs. Deputados toda a programação do evento, mas insistimos para que amanhã, às 9:00 horas, compareçam ao Palácio Iguaçu para participarem deste Seminário Nacional para recuperação da Triticultura, promovido pela Secretaria de Agricultura do Paraná, pelo Governo do Estado.

Requerimento n.º 1699, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que o interesse é de todos nós da Casa, porque pela Lei o Serviço de Loterias do Paraná repassa à Secretaria da Ação Social e do Trabalho recursos, como desconheço os valores repassados pelo Serlopar, e os Srs. Parlamentares também desconhecem, estou apenas indagando da Secretaria do Trabalho e Ação Social do montante recebido repassado pelo Serlopar. Gostaria de contar com o voto de Vossas Excelências. Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade.**

Requerimento n.º 1700, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Constituição do Estado no seu artigo 27, aliás, artigo 23 se não me engano, inciso 23, parágrafo 2º, reza que a administração direta e indireta e fundacional, deve por obrigação publicar no Diário Oficial do Estado a cada seis meses os recursos orçados e gastos para que a população, para que o Poder Legislativo tome conhecimento. Infelizmente eu não cheguei a conhecer a publicação no Diário Oficial a partir de março de 1991 das despesas do Governo na área de publicidade. Estou pedindo nesse requerimento que o Governo remeta para mim, cópias do Diário Oficial, porque é constitucional a obrigatoriedade do Executivo em publicar todos os seus gastos no Diário Oficial a cada seis meses. Eu desconheço a publicação. Pode ser uma falha minha. Apenas estou exercitando o meu poder de fiscalizador como homem do Legislativo. Eu gostaria da compreensão dos Srs. Parlamentares para que nós pudéssemos remeter ao Chefe da Casa Civil esse nosso Requerimento, e ele nos encaminhasse as

cópias do Diário Oficial, porque a Constituição é clara, o Poder Executivo deve publicar no Diário Oficial a cada seis meses os gastos com publicidade, na administração direta, indireta e fundacional.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Está rejeitado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu solicito Verificação e Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de Votação solicitada pelo Deputado Mário Bezerra. A Mesa informa que está votando requerimento do Deputado Mário Bezerra que solicita envio de cópias do Diário Oficial onde consta publicação semestral de relatório de despesas com propaganda e publicidade.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento queiram levantar-se. Onze Srs. Deputados Aprovam. Dezoito Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitado o Requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 395/92, 119, 145, 146, 147, 170 e 176/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 056, 085, 124, 155, 184, 197, 198, 199 e 200/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS RENATO ADUR, LUIZ HENRIQUE BONATURRA, OSWALDO TREVISAN, ALCEU SWAROWSKI, DOMINGOS CARVALHO e SEVERINO FÉLIX, EM SESSÃO DO DIA 15 DE JUNHO DE 1993

"A retirada das Estações-Tubo em Curitiba"
A farsa dos ligeirinhos em Nova Iorque

Para onde foram?

Quem pagou?

Por que foram instaladas?

A denúncia de "Paraná em Páginas", na edição de abril, página 17, em se tratando da instalação, abandono e retirada de duas

estações-tubo do "Ligeirinho", nas ruas Silva Jardim e Visconde de Guarapuava, repercutiu intensamente e deixou evidente o desperdício e a falta de previsão, na Prefeitura de Curitiba. O Vereador Jorge Miguel Samek, em sessão da Câmara Municipal apresentou pedido de informações (fac simile) historiando os fatos e anexando um exemplar desta revista. O pedido de informações deveria ser respondido pelo prefeito Rafael Greca, no mais tardar em maio presente. O vereador Samek quer saber, com precisos detalhes, o seguinte:

1. Quando foram instaladas estações-tubo na rua Silva Jardim quase esquina com Mal. Floriano e na rua Visconde de Guarapuava, próximo à empresa Vidrauto, cujo nome é bem identificado em uma das fotos?

2. Por que foram instaladas essas estações há algum tempo e ficaram seu uso?

3. Qual o preço de cada estação-tubo, compreendendo-se na pergunta não apenas a sua construção, mas também a instalação, como preparo do local, energia e trabalhos complementares?

4. As duas estações-tubo foram adquiridas de qual(s) empresa(s) e em que data e por quem foi feito o pagamento?

5. Para onde foram transportadas as duas estações-tubo que se encontravam nessas vias públicas e dali foram retiradas? Informar onde se encontram na data da prestação das informações agora solicitadas?

O desejado esclarecimento da municipalidade é esperado com muito interesse por todos os vereadores descompromissados com os negócios duvidosos ocorridos em Curitiba, já que os fatos são comprovados e não se tem dúvida de que houve dinheiro público jogado pela janela...

ÔNIBUS EM CURITIBA DE JANEIRO A MARÇO
AUMENTOU 185,71% PARA UMA INFLAÇÃO DE 104%
ATÉ O DÓLAR PERDEU PARA OS "LIGEIRINHOS"
E ESTAÇÕES-TUBO DE JAIME LERNER

O sistema de transporte coletivo é apregoado como exemplar, como padrão para cidades brasileiras e, inclusive, concretizaram uma farsa dizendo que os Estados Unidos, através da cidade de Nova Iorque, desejavam levar para lá as "estações-tubo" e os ônibus "Ligeirinho". Terminada a curta fase de simples exposições de "quatro casais" dessa coisa, no sul de Manhattan, o silencioso toque de recolher e o retorno sem discursos, sem fotografias, sem televisão, sem reportagens e tudo o mais que foi marcante nos movimentos de ida...

O povo de Curitiba é que está pagando caro pelo luxo e sofisticação de uma estação de embarque que apenas possibilita bons lucros para os que estão envolvidos

nesse esquema implantado pela Prefeitura Municipal de Curitiba. A tarifa do transporte coletivo de Curitiba, com o reajuste praticado no final de março, acumulou aumento de 187,71% - de janeiro a março de 1993, para uma inflação no mesmo período de 104%.

E tem mais: no dia primeiro de janeiro deste ano, um dólar poderia pagar quatro passagens, enquanto no último dia de março de 93, não pagava nem três...

O desespero toma conta do prefeito Rafael Greca de Macedo que chegou a reivindicar ao Presidente da República que o governo federal subsidie o transporte coletivo para diminuir o impacto dos aumentos das tarifas de ônibus. Qualquer estudioso do assunto que realizar uma pesquisa em Curitiba constatará que há muitas linhas deficitárias, cujos veículos trafegam sem melhor utilização pelos passageiros, durante o dia inteiro. Os altos custos da sofisticação do sistema "Ligeirinho" também são responsáveis por essas despesas que, no final, acabam sendo pagas pelos passageiros e contribuintes.

Outra proposta do prefeito de Curitiba, Rafael Greca, que recebeu essa herança de Jaime Lerner, é a de criação de um fundo nacional de transportes que seria subsidiado através de sobretaxas de produtos supérfluos, como bebidas, cigarros e automóveis de luxo. Os consumidores, já bastante atingidos pela fome do governo em arrecadar, ainda têm de pagar a conta das idéias e das loucuras de Jaime Lerner, em Curitiba, implantações estas sem o menor sentido de resolver problemas básicos da cidade e de seu povo, mas apenas motivos repetitivos para promoção pessoal e manutenção de um marketing que agora tem raízes nacionais e internacionais, não apenas de negócios mas também de raça.

TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA DEVE
SER QUESTIONADO. CONCLUSÃO:
BONITINHO MAS ORDINÁRIO.
ESSE PROBLEMA FUNDAMENTAL ESTÁ SENDO
EMPURRADO COM A BARRIGA...

Analistas de todo o Brasil devem questionar a administração Jaime Lerner em Curitiba, nos três períodos, totalizando doze anos. Muita coisa bonitinha mas ordinária. Idéias que motivam notícias inaugurais e que logo são esquecidas pelos resultados práticos das coisas. Lerner em Curitiba, lembra muito bem e é parecido, em tudo, com o Fernando Collor das Alagoas. É só questão de análise em mínimos detalhes...

ONDE ESTÃO OS ÔNIBUS DE LERNER
QUE FORAM LEVADOS PARA OS ESTADOS UNIDOS?
Reproduzir os títulos usados nas re-

portagens publicadas nos jornais curitibanos e de outras cidades do Brasil, além de revistas e emissoras de rádio e de televisão chega a ser impossível pela quantidade e pela maneira orquestrada em que foi vendida à opinião pública a ida de quatro ônibus "Ligeirinho" e de quatro estações-tubo a Nova Iorque, como atendimento ao "desejo" dos norte-americanos de implantação dessa coisa por lá... "Transporte coletivo de Curitiba: a revolução que chegou ao primeiro mundo", foi um desses... No corpo dos noticiários, referências como esta: "... o secretário dos transportes de Nova Iorque, Lucius Riccio, afirmava estar procurando qualquer coisa que pudesse salvar nosso transporte urbano, referindo-se ao sistema "ligeirinho" que deixou excelente impressão entre os usuários das linhas servidas..." Outro trecho de noticiários encomendados: "O sucesso desse projeto é tão grande que, em 1992, a cidade de Nova Iorque resolveu sentir o gostinho da novidade..." Claro que tudo dentro de um plano promocional que encontrou abrigo em alguns setores municipais de Nova Iorque. Talvez até interferência de Alan Jacobs, o americano que é super amigo e companheiro de projetos de Lerner, e que afirmou que "Curitiba é uma das três melhores cidades do mundo para morar"... Não se fala mais na "grande conquista" de Nova Iorque. Onde estão os quatro ônibus e as quatro estações tubo que foram para lá? Voltaram sem fogos e sem música? Quem pagou a ida e a volta? Foi a Prefeitura? Foi o "lobby"? Perguntar não ofende...

LUGAR MORTO ... No sul de Manhattan a reportagem de PARANÁ EM PÁGINAS documentou um dos "pontos" das quatro estações-tubo para lá levadas, apenas com objetivo promocional da Prefeitura de Curitiba e do ex-prefeito Jaime Lerner. Pode-se notar que é um pequeno trecho paralelo à via principal, inclusive fechado com correntes, onde o povo circula tranqüilamente. No lugar onde foi fotografado o "ligeirinho" esta revista documentou dois veículos estacionados, prova de que o lugar deve ser "morto". Os norte-americanos são respeitadores de suas leis e os motoristas não iriam ali deixar os veículos se isso fosse proibido, no local... Onde estão os ônibus "ligeirinho" e as estações-tubo que provocaram muitas notícias ressaltando "o sucesso do ônibus Volvo "Ligeirinho" em Nova Iorque?

"A FARSA DO LIGEIRINHO EM NOVA IORQUE."

O silêncio dos setores ligados a Jaime Lerner, a respeito da ida do "Ligeirinho" para Nova Iorque, é a prova maior de que o objetivo do ex-prefeito é a promoção especial. Essa equipe não tem a dignidade de comentar o assunto porque tudo constituiu

uma farsa, um motivo para noticiário, dentro do projeto de promoção individual e de ajuda da propaganda no pleito que se iria realizar no final de 92.

Temos, ao longo dos anos, comentado essa meta de Jaime Lerner. Lança a coisa e logo depois fica tudo no esquecimento. O ôba ôba com a idéia é o que fica, no conjunto de coisas e decisões, usando o time jaimelerneano o correr dos dias e dos meses para que o povo esqueça dos procedimentos errados, demagógicos e irresponsáveis.

Onde está o "xadrez" construído ao lado do antigo prédio da Prefeitura, na praça Generoso Marques? Onde está o barco-restaurant que iria sangrar as águas barrentas do Uberaba? Onde está o Centro de Criatividade? Onde estão as medidas administrativas e judiciais "enérgicas" para apurar e punir infração de super-faturamento de terreno adquirido pela Cohab-Ctba? Como é que está a Fundação para Excepcionais que foi criada às pressas e só para receber "a doação" dos direitos da "patente" da estação-tubo do ligeirinho?

A orquestração envolvendo a ida de quatro estações-tubo e quatro ônibus "Ligeirinho" para servir de motivo para fotografias e reportagens, em Nova Iorque, agora fica desmascarada pela revista PARANÁ EM PÁGINAS. Somente num país de terceiro mundo, como o Brasil, onde o povo em sua grande maioria - não lê, é mal informado, uma farsa tão flagrante pode ter encontrado tanta repercussão.

Qualquer pessoa lúcida, ou pouco esclarecida, não pode admitir que venha alguém de Nova Iorque, onde há modelar sistema de metrô, vir procurar solução para o transporte urbano com um sistema bonitinho mas ordinário, como esse de Curitiba.

Chegaram a publicar - e as matérias pagas aceitam tudo porque o faturamento é importante - que as quatro estações tubo e os quatro ônibus iriam facilitar o transporte de milhares de novaiorquinos...

Chegaram a dizer que em matéria de transporte coletivo o Brasil não deve nada a ninguém. Nem Rio e São Paulo, que tem seus sistemas de metrô, podem ser qualificados dessa maneira, pelos problemas que os seus meios de transporte diariamente apresentam. Curitiba tem tudo bonitinho mas a solução do problema está sendo empurrada com a barriga, porque ninguém pensa em termos de futuro, com responsabilidade, com cuidado com interesse público.

O sistema de ônibus, também de bonde sobre pneus, como agora é chamado o monstrengo maior e que foi rotulado de "Ligeirão", não passam de lenitivos de nossa época. O negócio é metrô mas nisto ninguém mete a mão porque sabe que é obra

demorada, não vai render placa inaugural, fotografias e discursos. Enquanto isso vão surgindo essas novidades que servem apenas para o noticiário elogioso, enquanto uns e outros vão faturando e enriquecendo a custa do sofrimento popular, que tem o seu problema sem solução e esta jogada para não se sabe quando.

Os interessados na propagação do nome de Lerner, na venda de ônibus, na construção de estações tubo e assim por diante chegaram a plantar esta aberração, divulgada em veículo de circulação nacional:

"A prova do sucesso da operação está na repetição da pergunta que muitos passageiros faziam após cada viagem: Depois de Nova Iorque, essa experiência vai ser levada para onde?"

Passados oito meses de toda essa badalação nós é que perguntamos: como é que foi a experiência dessa "coisa curitibana" em Nova Iorque? Foi aprovada? Por que os americanos não implantam o sistema? Os ônibus já voltaram ao Brasil? E as estações tubo também?

Quem arcou com as despesas para a montagem desse circo? O dinheiro do povo curitibano foi usado para cobrir, ao menos, parte dessa experiência que teve o único objetivo de promoção pessoal de Jaime Lerner?

Sempre afirmamos que a mentira é a marca de Jaime Lerner. Está gravada na sua fisionomia. O seu retrato é de um grande mentiroso.

Mais uma vez provamos o que ele é. A reportagem sobre o "Ligeirinho" e a estação-tubo, em Nova Iorque, precisa de mais comprovação?

No primeiro semestre de 92, como parte de uma propaganda intensa objetivando a jornada eleitoral de Curitiba, os principais veículos de comunicação do Brasil foram até agressivos na divulgação de que os Estados Unidos estavam copiando o que se fazia em Curitiba, com isso o nome de Jaime Lerner ganhando manchetes e horários de destaque, inclusive no dominical "Fantástico". A foto acima, de Burton Hall & Associates, foi publicada na revista "Eu rodo", junho/92, órgão informativo da Volvo do Brasil, ilustrou a matéria "Ligeirinho é sucesso em Nova Iorque" e é lembrada como uma das muitas fotografias que noticiaram o "ôba ôba" desse ônibus, na capital norte-americana. A foto, abaixo, é trabalho jornalístico de PARANÁ EM PÁGINAS e mostra como está "limpo" o lugar onde por alguns dias ficaram o ligeirinho e a estação-tubo, apenas para permitir o noticiário...

O VENTO LEVOU... Ventava muito em Manhattan quando a reportagem de PARANÁ EM PÁGINAS foi procurar o "ligeirinho" e documentar o sucesso - tão apregoado em Cu-

Curitiba - da estação tubo... Talvez esse vento forte, como nos contos de fada, tenha levado o sonho de Jaime Lerner...

No lugar onde apareceram o ônibus e o tubo (foto acima estampada na revista "Eu Rodo", publicação da Volvo do Brasil, junho/92, ano XI, número 59, foto de Burton Hall & Associates) PARANÁ EM PÁGINAS não encontrou nada, e a foto abaixo é prova disso. Detalhe: ali é permitido estacionar e a parte do veículo que aparece prova isso. Como funcionou uma parada do "ligeirinho" nessas condições? O "extraordinário

sucesso" dos "ligeirinhos" e dos "tubos" em Nova Iorque possibilita série de perguntas... Apenas comprovamos como o noticiário de Lerner é farto ... e muito mentiroso.

DE TANTO VER TRIUNFAR AS NULIDADES,
DE TANTO VER CRESCER AS INJUSTIÇAS,
DE TANTO VER AGIGANTAREM-SE OS PODERES
NAS MÃOS DOS MAUS,
O HOMEM CHEGA A DESANIMAR-SE DA VIRTUDE,
A RIR DA HONRA,
E TER VERGONHA DE SER HONESTO.

(Rui Barbosa)